

Diálogos latinoamericanos pela democracia
e pelos direitos humanos das mulheres

Participação
Política
das
Mulheres

&

Violência
Política contra as
Mulheres

CEPIA



Diálogos latinoamericanos por la democracia y
los derechos humanos de las mujeres

Participación
Política
de las
Mujeres
&
Violencia
Política contra las
Mujeres

CEPIA



Participação política das mulheres e Violência política contra as mulheres Participación política de las mujeres y Violencia política contra las mujeres

Coordenação Editorial/ Coordinación Editorial

Andrea Romani

Textos

Adriana Guerrero

Andrea Romani

Claudia Yachan Durán

Sonia Montañó Virreira

Francesca Raffo

Contribuições/ Contribuciones

Joci Aguiar

Susana González Nuñez

Revisão de Textos/ Revisión de Textos

Jacqueline Pitanguy

Arcabouço legal / Legislaciones

Waldyr Cardoso

Desenho Gráfico/ Diseño Editorial

Karla Oldane

Diagramação e Formatação/ Diagramación

Jéssica Ximenes



ISBN: 978-85-88222-16-8



CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO



Coordenadoras Executivas

Directoras Ejecutivas

Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares Barsted

Coordenadoras de Programa

Coordinadoras de Programa

Andrea Romani e Mariana Barsted

Assistentes de Projeto

Asistente de Proyecto

Débora Pinheiro

Gabriel Brandão

Kézia Yasmin

Coordenadora de Comunicação

Coordinadora de Comunicación

Karla Oldane

Mídias Sociais

Redes Sociales

Juliana Grisolia

Gerente Administrativo

Directora Administrativa

Marina Damião

Assistente Administrativo

Asistente Administrativa

Fernanda Pires

Presidenta

Mahnaz Afkhami

Coordenadora Executiva

Directora Ejecutiva

Allison Horowski

Coordenadoras Regionais

Directoras Regionales

Joy Ngwakwe

Nezha Belkachla

Andrea Romani

Diretora Financeira e Administrativa

Directora Financiera y de Operaciones

Yolanda Miller

Coordenadora de Programas

Coordinadora de Programas

Christina Gordon

Associadas de Programas

Asistentes de Programas

Tori Pell

Alexandra Murray

Jessica Molande

Apoio



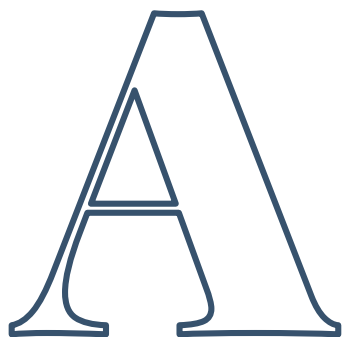
SUMÁRIO

| | |
|--|---------------------------|
| Apresentação..... | 06 |
| Presentación..... | 09 |
| Quem somos/ Sobre Nosotras..... | 12 |
| Olhares sobre a região/ Miradas sobre la región..... | 16 |
| Argentina..... | 18 |
| Bolívia..... | 25 |
| Brasil..... | 31 |
| Chile..... | 42 |
| México..... | 51 |
| Peru..... | 58 |
| Sugestões Bibliográficas/ Recomendaciones Bibliográficas..... | 65 |

APRESENTAÇÃO

“A violência de gênero no âmbito político é correlacionada e justaposta a certas formas de violência a que estão sujeitas as mulheres na sociedade civil que, através das regras que regulamentam a relação entre governantes e governadores e que são próprias das democracias modernas, se manifestam no espaço político eleitoral”.

Archenti Nélide & Albani, Laura¹



Assistimos a ataques à democracia em vários países do mundo, incluindo a América Latina, com impactos diretos sobre os direitos humanos das mulheres. Com a crise sanitária e social da Covid-19 as desigualdades se exacerbaram, vulnerabilizando ainda mais os grupos mais excluídos.

Em um cenário de tantas adversidades a capacidade de mobilização e de resistência das organizações da sociedade civil tem sido fundamental, com forte presença de movimentos de mulheres.

Apesar de diferenças geográficas, culturais e econômicas entre os países de nossa região, temos muitos elementos que nos unem e muito a compartilhar. A nossa capacidade de resistência é mais eficaz se a fizermos juntas, respeitando as nossas especificidades e contextos, e caminhando na construção de pontes e diálogos.

A rede internacional Women's Learning Partnership (WLP), parceira da CEPIA na iniciativa *Diálogos latinoamericanos pela democracia e pelos direitos humanos das mulheres*, é um dos exemplos de como avançar internacionalmente a agenda das mulheres, respeitando as especificidades de cada contexto. Fundada em 2000, a rede reúne 20 organizações autônomas do sul global, incluindo a CEPIA, na promoção da liderança e dos direitos das mulheres por meio de formações, ações de *advocacy* e incidência junto a agências internacionais.

Na certeza de que a construção de pontes e a troca de experiências é indispensável para avançarmos de forma mais sustentável surgiu a proposta de reunir organizações de diferentes países da nossa região para esses Diálogos.

Um primeiro encontro virtual foi organizado em dezembro de 2021 com a participação de representantes de organizações de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México e Peru. Nessa ocasião, como comentou uma das participantes, a primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la e, nesse sentido, buscamos refletir sobre os principais desafios, conquistas e oportunidades para os direitos humanos das mulheres.

O avanço conquistado pelas mulheres em algumas legislações, como a lei de educação sexual, a lei de paridade política, e a lei de acesso ao abortamento na Argentina; a lei contra o assédio político e a visibilização do rosto da mulher indígena nos espaços políticos na Bolívia; o processo constituinte chileno com paridade de gênero; a lei de paridade e alternância vigente nas últimas eleições do Peru; as leis contra a violência de gênero no Brasil e a proposição do Supremo Tribunal Federal em garantir pelo menos 30% do fundo partidário para candidaturas de mulheres, assim como a lei de paridade no México, foram alguns exemplos dos avanços destacados, com efeitos em políticas públicas e no cenário político dos diversos países, e que afetam a região como um todo.

Entretanto, a perversa distância entre a lei e a prática foi ressaltada. A estrutura patriarcal, as desigualdades de raça e etnia, ainda tão presentes nos poderes legislativo, judiciário e executivo dos diversos países, assim como no imaginário social foram obstáculos destacados por várias participantes para a efetiva implementação destes avanços.

¹ Extraído de: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=257d2fc2-0a69-ab74-63cb-ec3996a5a787&groupId=265553

A pergunta de Sonia Montañó, do Coletivo CIDEM da Bolívia, procede: devemos entender estes avanços como desafios ou conquistas? Também Lisbeth Chávez, do Grupo Manuela Ramos do Peru, chama a atenção para o fato de que o reconhecimento de direitos demanda que estejamos sempre alertas para sua efetivação. Não basta o que está escrito em leis.

Alejandra Sepúlveda, de ComunidadMujer, percebe o momento político chileno como sendo um ponto de inflexão. Ressalta o processo constituinte e as possibilidades de avançar uma agenda mais progressista, mas alerta também para o risco de retrocessos em uma eleição muito polarizada.

Outro obstáculo comentado por várias participantes diz respeito à agenda de justiça reprodutiva e o avanço de forças religiosas ultra conservadoras com interferência de igrejas em políticas e leis, em especial aquelas ligadas à saúde e direitos sexuais e reprodutivos, como no caso do Brasil e Peru.

Como comentou Denise Mascarenhas, de Católicas pelo Direito de Decidir, há a necessidade de se furar a bolha da religião e construir outras narrativas.

Além de questões diretamente ligadas a leis e políticas voltadas para as mulheres, as participantes também trouxeram outras temáticas que incidem sobre os direitos das mulheres, como a justiça climática, ressaltada por Joci Aguiar, do Grupo Gênero e Clima do Observatório do Clima do Brasil, as masculinidades e necessidade de sensibilização/responsabilização dos homens, apontada por Susana González Nuñez, do GENDES do México e a relevância do papel dos meios de comunicação na desconstrução de estigmas e estereótipos e de maior respeito à população LGBTQIA+, como comentou Zoila Benito, do La Antígona do Peru. A imagem a seguir traz o panorama da região em termos de conquistas, desafios e oportunidades construídas ao longo do primeiro Diálogo.



A partir das trocas do primeiro encontro e das contribuições das participantes a um questionário enviado posteriormente, um segundo encontro virtual foi realizado em junho de 2022, tendo como foco central a participação política das mulheres, em especial a violência política, uma das prioridades apontadas no questionário.

Empoderamento das mulheres, fortalecimento de redes, visibilização de vozes em sua diversidade, fortalecem a presença das mulheres nos espaços de poder. Mas não é suficiente. É indispensável estarmos presentes na arena política dos governos, onde legislações e políticas públicas são criadas e implementadas (ou não).

Nesse sentido, a subrepresentação das mulheres em espaços decisórios, incluindo os espaços institucionalizados de poder dos partidos políticos, ainda é uma luta central nas agendas dos movimentos feministas. É essencial nossa presença na arena política. No entanto, quando chegamos nesses espaços, incomodamos. Um dos resultados é a crescente violência política contra mulheres.

Essa violência, acentuada por marcadores de raça/cor, etnia, classe social e orientação sexual, reproduz as desigualdades entre homens e mulheres em outros espaços da vida pública e privada, e se faz presente de forma explícita, no discurso preconceituoso e na violência física e sexual, mas está também implícita em práticas políticas institucionalizadas de subalternidade das mulheres nos espaços decisórios políticos.

Esse tema é tão relevante em nossa região que, em 2017, a Organização dos Estados Americanos (OEA) por meio do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) elaborou a [Lei Modelo Interamericana para Prevenir Sancionar e Erradicar a Violência Contra as Mulheres na Vida Política](#). Trata-se de um esforço de harmonização entre a Convenção de Belém do Pará, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e os contextos legais dos países latino americanos.

Deve-se entender por “violência contra as mulheres na vida política” qualquer ação, conduta ou omissão, realizada diretamente ou por terceiros que, baseadas no seu gênero, cause dano ou sofrimento a uma ou a várias mulheres, e que tenha como propósito ou resultado depreciar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício dos seus direitos políticos. A violência contra as mulheres na vida política pode incluir, entre outras manifestações, violência física, sexual, psicológica, moral, econômica ou simbólica.

Art.3 Lei Modelo Interamericana para Prevenir Sancionar e Erradicar a Violência Contra as Mulheres na Vida Política.

Entendendo a importância da troca de aprendizados entre organizações parceiras da região, a CEPIA, em articulação com a Women's Learning Partnership, tomou a iniciativa de coordenar a elaboração dessa publicação digital, escrita a várias mãos, como uma contribuição para avançar na agenda em defesa da paridade política, fundamental para o fortalecimento da democracia e para assegurar os direitos humanos das mulheres, em sua diversidade. Os textos são autônomos e não refletem, necessariamente, a opinião da CEPIA.

Esperamos que este subsídio se some a tantas outras iniciativas que denunciam a violência política de gênero contra as mulheres e apontam caminhos de resistência e superação.

Desejamos uma boa leitura!

Equipe da CEPIA

PRESENTACIÓN

“La violencia de género en el ámbito político se correlaciona y yuxtaponen con ciertas formas de violencia a las que son sometidas las mujeres de la sociedad civil, las cuales, a través de las normas que regulan la relación entre gobernantes y gobernados y que son propias de las democracias modernas, se manifiestan en el espacio político electoral.”

Archenti Nélica & Albani, Laura²

Somos testigos de ataques a la democracia en varios países del mundo, incluida América Latina, con impactos directos en los derechos humanos de las mujeres. Con la crisis sanitaria y social del Covid-19, las desigualdades se han agudizado, haciendo aún más vulnerables a los grupos sociales más excluidos.

En un escenario de tantas adversidades, la capacidad de movilización y resistencia de las organizaciones de la sociedad civil ha sido fundamental, con una fuerte presencia de los movimientos de mujeres.

A pesar de las diferencias geográficas, culturales y económicas entre los países de nuestra región, tenemos muchos elementos que nos unen y mucho que compartir. Nuestra capacidad de resistencia es más efectiva si lo hacemos juntas, respetando nuestras especificidades y contextos, y avanzando hacia la construcción de puentes y diálogos.

La red internacional Women's Learning Partnership (WLP), socia de CEPIA en la iniciativa *Diálogos latinoamericanos por la democracia y los derechos humanos de las mujeres*, es uno de los ejemplos de cómo avanzar la agenda de las mujeres a nivel internacional, respetando las especificidades de cada contexto. Fundada en 2000, la red reúne a 20 organizaciones autónomas del sur global, incluida CEPIA, para promover el liderazgo y los derechos de las mujeres a través de la capacitación, la promoción y la defensa de sus derechos ante organismos internacionales.

En la certeza de que la construcción de puentes y el intercambio de experiencias es fundamental para avanzar de manera más sostenible, surgió la propuesta de reunir a organizaciones que trabajan con enfoque de género de diferentes países de nuestra región para un diálogo sobre el contexto en que operamos y en el cual desarrollamos nuestra misión.

En diciembre de 2021 se organizó un primer encuentro virtual con la participación de representantes de organizaciones de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, México y Perú. En esta ocasión, como comentó una de las participantes, la primera condición para cambiar la realidad es conocerla y, en ese sentido, buscamos reflexionar sobre los principales desafíos, logros y oportunidades para los derechos humanos de las mujeres.

Los avances de las mujeres en algunas legislaciones, como la ley de educación sexual, la ley de paridad política y la ley de acceso al aborto, en Argentina; la ley contra el acoso político y la visibilización del rostro de las mujeres indígenas en espacios políticos en Bolivia; el proceso constituyente chileno con paridad de género; la ley de paridad y alternancia vigente en las últimas elecciones en Perú; las leyes contra la violencia de género en Brasil y la proposición del Supremo Tribunal Federal de garantizar al menos el 30% del apoyo del fondo para las candidaturas de mujeres, así como la ley de paridad en México, son algunos ejemplos de los avances destacados, con efectos en las políticas públicas y en el escenario político de los distintos países, y que afectan a la región en su conjunto.

Sin embargo, se destacó la distancia perversa entre la ley y la práctica. La estructura patriarcal, las desigualdades de raza y etnia, tan presentes aún en los poderes legislativo, judicial y ejecutivo de distintos países, así como en el imaginario social, fueron obstáculos señalados por varias participantes para la implementación efectiva de estos avances. Sonia Montañó, del Colectivo CIDEM de Bolivia, tiene razón: ¿debemos entender estos avances como desafíos o cómo logros? Lisbeth Chávez, del Grupo Manuela Ramos, de Perú también, llama la atención sobre el hecho de que el reconocimiento de los derechos exige que estemos siempre atentas a su efectividad. Lo que está escrito en las leyes no es suficiente.

Alejandra Sepúlveda, de ComunidadMujer, percibe el momento político chileno como un punto de inflexión. Destaca el proceso constituyente y las posibilidades de avanzar en una agenda más progresista, pero también advierte del riesgo de retrocesos en una elección muy polarizada.

Otro obstáculo mencionado por varias participantes tiene que ver con la agenda de justicia reproductiva y el avance de las fuerzas religiosas ultraconservadoras con la injerencia de las iglesias en las políticas y leyes, especialmente las relacionadas con la salud y los derechos sexuales y reproductivos, como en el caso de Brasil y Perú.

Como comentó Denise Mascarenhas, de Católicas por el Derecho a Decidir, es necesario perforar la burbuja de la religión y construir otras narrativas.

Además de temas directamente relacionados con leyes y políticas dirigidas a las mujeres, las participantes también abordaron otros temas que afectan directamente los derechos de las mujeres, como la justicia climática, destacada por Joci Aguiar, del Grupo Género y Clima del Observatorio del Clima de Brasil, las masculinidades y la necesidad de sensibilización/responsabilidad de los hombres, señalada por Susana González Nuñez, de GENDES, en México y la relevancia del rol de los medios de comunicación en la deconstrucción de estigmas y estereotipos y mayor respeto a la población LGBTQIA+, comentada por Zoila Benito, de La Antígona en Perú. La imagen siguiente ilustra el panorama de la región en términos de conquistas, desafíos y oportunidades construídas a lo largo del primer Diálogo.



A partir de los intercambios del primer encuentro y los aportes de las participantes a un cuestionario enviado posteriormente, se realizó un segundo encuentro virtual en junio de 2022, con el foco central en la participación política de las mujeres, en particular la violencia política, una de las prioridades identificadas. Empoderar a las mujeres, fortalecer redes, visibilizar voces en su diversidad, fortalecer la presencia de las mujeres en los espacios de poder es clave. Pero no es suficiente. Es fundamental estar presente en la arena política de los gobiernos, donde se crean e implementan (o no) leyes y políticas públicas.

En este sentido, la subrepresentación de las mujeres en los espacios de toma de decisiones, incluidos los espacios institucionalizados de poder de los partidos políticos, sigue siendo una lucha central en las agendas de los movimientos feministas. Nuestra presencia en la arena política es fundamental. Sin embargo, cuando llegamos a estos espacios, molestamos a mucha gente. Una de las consecuencias es el aumento de la violencia política contra las mujeres.

Esta violencia, acentuada por marcadores de raza/color, etnia, clase social y orientación sexual, reproduce desigualdades entre hombres y mujeres en otros ámbitos de la vida pública y privada, y está explícitamente presente en el discurso prejuicioso y la violencia física y sexual, pero también está implícito en las prácticas políticas institucionalizadas de subordinación de las mujeres en los espacios de toma de decisiones políticas.

Este tema es tan relevante en nuestra región que, en 2017, la Organización de los Estados Americanos (OEA) a través del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI) elaboró la [Ley Modelo Interamericana para Prevenir Sancionar y Erradicar Violencia contra la mujer en la vida política](#).

Es un esfuerzo por armonizar la Convención de Belém do Pará, la Convención para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer (CEDAW) y los contextos legales de los países latinoamericanos.

Debe entenderse por "violencia contra la mujer en la vida política" toda acción, conducta u omisión, realizada directamente o por terceros, que en razón de su género cause daño o sufrimiento a una o varias mujeres, y que tenga por objeto o resulte menospreciar o dejar sin efecto el reconocimiento, goce o ejercicio de sus derechos políticos. La violencia contra la mujer en la vida política puede incluir, entre otras manifestaciones, la violencia física, sexual, psicológica, moral, económica o simbólica.

Art.3 Ley Modelo Interamericana para Prevenir Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer en la Vida Política.

Entendiendo la importancia del intercambio de aprendizaje entre organizaciones aliadas en la región, CEPIA, en conjunto con Women's Learning Partnership, tomó la iniciativa de coordinar la preparación de esta publicación digital, escrita por varias manos, como una contribución al avance de la agenda en defensa de la paridad política, fundamental para el fortalecimiento de la democracia y para la garantía de los derechos humanos de las mujeres, en su diversidad. Los textos son autónomos y no reflejan, necesariamente, la opinión de CEPIA.

Esperamos que esta publicación se sume a tantas otras iniciativas que denuncian la violencia política de género contra mujeres y señalan caminos de resistencia y superación.

¡Le deseamos una buena lectura!

Equipo de CEPIA

QUEM SOMOS SOBRE NOSOTRAS

Organizações envolvidas na iniciativa dos Diálogos latinoamericanos pela democracia e pelos direitos humanos das mulheres

Organizaciones participantes del Diálogos latinoamericanos por la democracia y los derechos humanos de las mujeres

[CEPIA](#)

CEPIA

(CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação)

A CEPIA é uma organização não governamental brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1990, voltada para a execução de projetos que contribuam para a ampliação e efetivação dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania dos grupos que, na história de nosso país, vêm sendo tradicionalmente excluídos de seu exercício, como as mulheres em sua diversidade. Desenvolve estudos e pesquisas, ações de *advocacy*, bem como projetos de educação e intervenção social com a preocupação de difundir seus resultados, compartilhando-os com diversos setores da sociedade. Trabalhando com a perspectiva de gênero, com abordagem antirracista e no marco dos direitos humanos, a CEPIA tem privilegiado em sua atuação as áreas da saúde, dos direitos reprodutivos e sexuais, da violência e do acesso à justiça, do empoderamento de mulheres e de jovens.

CEPIA es una organización no gubernamental brasileña sin fines de lucro, fundada en 1990, enfocada en la ejecución de proyectos que contribuyan a la expansión y efectivización de los derechos humanos y al fortalecimiento de la ciudadanía de grupos que, en la historia de nuestro país, han sido tradicionalmente excluidos de su ejercicio, como las mujeres en su diversidad. Desarrolla estudios e investigaciones, acciones de *advocacy*, así como proyectos de educación e intervención social con el objetivo de difundir sus resultados, compartiéndolos con diferentes sectores de la sociedad. Trabajando con perspectiva de género, enfoque antirracista y en el marco de los derechos humanos, CEPIA ha privilegiado en sus actividades las áreas de salud, derechos sexuales y reproductivos, violencia y acceso a la justicia, y el empoderamiento de mujeres y jóvenes.



[Women's Learning Partnership](#)

(Mulheres em Parceria pela Aprendizagem, pelos Direitos, Desenvolvimento e Paz)

A Women's Learning Partnership é uma parceria de 20 organizações autônomas que atuam em defesa dos direitos das mulheres localizadas em diversos países do Sul Global. É uma organização não governamental internacional, sem fins lucrativos, fundada em 2000, que, por meio de suas parcerias, promove programas de formação, campanhas de *advocacy*, pesquisas e publicações voltadas para a liderança e mobilização política das mulheres, os direitos humanos, a segurança humana, reformas de leis de família discriminatórias, empoderamento de mulheres refugiadas, engajamento da juventude e justiça climática. Possui Status Consultivo Especial junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas.

Women's Learning Partnership es una asociación de 20 organizaciones autónomas que actúan en defensa de los derechos de las mujeres en diversos países del Sur Global. Es una organización no gubernamental, sin fines de lucro, fundada en 2000, que, en articulación con sus socias, desarrolla programas de capacitación, campañas de *advocacy*, investigación y publicaciones para la promoción del liderazgo y de la movilización política de las mujeres, los derechos humanos, la seguridad humana, reformas en leyes de familia discriminatorias, empoderamiento de mujeres refugiadas y de jóvenes y por la justicia climática. Tiene Estatus Consultivo Especial ante el Consejo Económico y Social (ECOSOC) de las Naciones Unidas.

PARTICIPANTES

[Católicas pelo Direito de Decidir \(Brasil\)](#)



Católicas pelo Direito de Decidir é uma organização feminista, fundada em 1993, que se articula com outras CDDs hoje em 10 países da América Latina e Caribe. Formada por mulheres feministas católicas, a ONG propõe um questionamento sobre determinadas leis eclesiais da instituição, em especial aquelas relacionadas ao aborto, direitos reprodutivos e à autonomia das mulheres sobre o próprio corpo. Apoiar-se na prática e teoria feministas para promover mudanças na sociedade, especialmente nos padrões culturais e religiosos.

Católicas por el Derecho a Decidir es una organización feminista, fundada en 1993, que se articula con otras CDDs, hoy, presentes en 10 países de América Latina y el Caribe. Integrada por mujeres feministas católicas, la ONG propone un cuestionamiento sobre ciertas leyes eclesiais de la institución, en especial las relacionadas al aborto, los derechos reproductivos y la autonomía de las mujeres sobre su propio cuerpo. Tiene su fundamento en la teoría feminista para promover cambios en la sociedad, en especial, en los padrones culturales y religiosos.

[CIDEM - Centro de Información y de Desarrollo de la Mujer \(Bolivia\)](#)



CIDEM é um coletivo feminista, fundado por um grupo de mulheres em 1983. Sua missão é apoiar a capacitação de mulheres em sua diversidade para alcançar igualdade de oportunidades, justiça social, política e econômica nos processos de desenvolvimento e no marco das mudanças estruturais vivenciadas pela Bolívia. Desenvolve processos de incidência política articulados a movimentos e organizações de mulheres e feministas nos níveis nacional, departamental, local e municipal para incorporar a perspectiva de gênero e sua transversalidade nas políticas públicas.

CIDEM es un colectivo feminista, fundado por un grupo de mujeres en 1983. Su misión es contribuir a potenciar a las mujeres en su diversidad para lograr la igualdad de oportunidades, la justicia social, política, económica en los procesos de desarrollo y en el marco de los cambios estructurales que vive Bolivia. Desarrolla procesos de incidencia política articulados a los movimientos y organizaciones de mujeres y feministas a nivel nacional, departamental, local y municipal para incorporar la perspectiva de género y su transversalización en las políticas públicas.

[CLADEM - Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher \(Argentina\)](#)



CLADEM é uma rede feminista que reúne mulheres e organizações que trabalham para contribuir para a plena vigência dos direitos das mulheres na América Latina e no Caribe, utilizando o direito como ferramenta de mudança. A partir de um enfoque sócio jurídico feminista busca promover a transformação social e a construção de democracias com uma perspectiva de interseccionalidade, que reconhece a diversidade cultural, étnico-racial, sexual, intergeracional e social, para o pleno exercício e gozo dos direitos humanos de todas as mulheres. Desde 2002, é reconhecida sua participação nas atividades da OEA (Organização dos Estados Americanos).

CLADEM es una red feminista, que articula a mujeres y organizaciones, que trabaja para contribuir a la plena vigencia de los derechos de las mujeres en Latinoamérica y el Caribe, utilizando el derecho como una herramienta de cambio. Desde un enfoque socio jurídico feminista busca la transformación social y la construcción de democracias, desde una perspectiva de interseccionalidad, que reconoce la diversidad cultural, étnico-racial, sexual, intergeneracional y social, para el pleno ejercicio y disfrute de los derechos humanos de todas las mujeres. Desde el 2002 goza de reconocimiento para participar en las actividades de la OEA (Organización de los Estados Americanos).

ComunidadMujer (Chile)



A ComunidadMujer é uma organização da sociedade civil que promove há 20 anos a transformação social, cultural, normativa e organizacional para a igualdade de gênero no Chile. Suas ações incluem trabalho permanente e diálogo transversal com atores/ atrizes sociais e políticos, contribuindo para estudos e pesquisas, iniciativas de fortalecimento e promoção da liderança feminina, apoio a comunidades educativas e promoção da igualdade de gênero no mundo empresarial e em políticas públicas.

ComunidadMujer es una organización de la sociedad civil que impulsa, hace 20 años, la transformación social, cultural, normativa y organizacional para la igualdad de género en Chile. Sus acciones incluyen trabajo permanente y diálogo transversal con los actores sociales y políticos, aportando con estudios e investigación, iniciativas para fortalecer y promover el liderazgo de mujeres, el acompañamiento a las comunidades educativas y el impulso de la equidad de género en el mundo empresarial y en la política pública.

Criola (Brasil)



Criola é uma organização da sociedade civil com 30 anos de trajetória na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras e na construção de uma sociedade onde os valores de justiça, equidade e solidariedade são fundamentais. Nesse percurso, Criola reafirma que a ação transformadora das mulheres negras cis e trans é essencial para o Bem Viver de toda a sociedade brasileira. Tem como missão instrumentalizar as mulheres negras – jovens e adultas, cis e trans – para o enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia. E ainda para atuar nos espaços públicos, na defesa e ampliação dos seus direitos, da democracia, da justiça e pelo Bem Viver.

Criola es una organización de la sociedad civil con 30 años de experiencia en la defensa y promoción de los derechos de las mujeres negras y en la construcción de una sociedad donde los valores de justicia, equidad y solidaridad sean fundamentales. En este recorrido, Criola reafirma que la acción transformadora de las mujeres negras cis y trans es fundamental para el Buen Vivir de toda la sociedad brasileña. Su misión es equipar a las mujeres negras, jóvenes y adultas, cis y trans, para enfrentar el racismo, el sexismo, la lesbofobia y la transfobia. Y también para actuar en los espacios públicos, en la defensa y ampliación de sus derechos, la democracia, la justicia y por el Buen Vivir.

GENDES (México)



GENDES, A. C. é uma organização da sociedade civil mexicana especializada no trabalho com homens, promovendo processos de reflexão, intervenção, pesquisa e incidência a partir de uma perspectiva de gênero, com ênfase em masculinidades e direitos humanos, para promover e fortalecer relações igualitárias que contribuam para o desenvolvimento e que proporcionem a participação de todos os homens na construção da igualdade de gênero e da não violência, criando sociedades justas para todas as pessoas.

GENDES, A.C. es una organización de la sociedad civil mexicana especializada en el trabajo con hombres que impulsa procesos de reflexión, intervención, investigación e incidencia desde la perspectiva de género con énfasis en las masculinidades y los derechos humanos, para promover y fortalecer relaciones igualitarias que contribuyan al desarrollo social y que proporcionen la participación activa de todos los hombres en la construcción de la igualdad de género y la no violencia, creando sociedades justas para todas las personas.

[Grupo de Trabalho Gênero e Clima \(Brasil\)](#)



O Grupo Gênero e Clima é um espaço permanente, inclusivo e ativo de encontros, formações, produção de conhecimento e iniciativas de impacto que contribuem para a equidade de gênero e justiça climática. Uma comunidade que surge como um eixo do Observatório do Clima (OC) e que articula acadêmicas, ativistas, defensoras ambientais, representantes de ONGs, composta, especialmente, por mulheres de organizações do OC e por pessoas convidadas envolvidas com a temática e as interseções entre gênero e clima.

El Grupo Género y Clima es un espacio permanente, inclusivo y activo de encuentro, formación, producción de conocimiento e impacto de iniciativas que contribuyan a la equidad de género y la justicia climática. Una comunidad que surge como eje del Observatorio do Clima (OC) y que articula académicas, activistas, defensoras ambientales, representantes de ONGs, compuesta, especialmente, por mujeres de organizaciones del OC y por personas invitadas involucradas con la temática y las intersecciones entre género y clima.

[La Antígona \(Peru\)](#)



La Antígona é um meio digital nativo que nasceu em um contexto de pandemia e reúne comunicadoras(es) com diferentes habilidades, mas com um interesse comum: tornar visível e reivindicar o espaço de mulheres e populações LGBTIQ+ na sociedade peruana e latino-americana. É uma das primeiras plataformas peruanas a realizar trabalhos com perspectiva de gênero por meio de reportagens, crônicas, entre outros gêneros jornalísticos, incluindo jornalismo sonoro, colaborativo, visual e transnacional.

La Antígona es un medio nativo digital que nace en un contexto pandémico y reúne a comunicadoras(es) con diferentes habilidades, pero con un interés común: visibilizar y reivindicar el espacio de las mujeres y poblaciones LGBTIQ+ en la sociedad peruana y latinoamericana. Se constituye en una de las primeras plataformas peruanas en realizar trabajos con perspectiva de género a través de reportajes, crónicas, entre otros géneros periodísticos, incluyendo periodismo sonoro, colaborativo, visual y transnacional.

[Movimiento Manuela Ramos \(Peru\)](#)



O Movimento Manuela Ramos é uma organização feminista peruana que trabalha desde 1978 pela efetividade dos direitos humanos de mulheres e dissidências, promove a defesa de suas autonomias, seu empoderamento social, econômico e político e a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, contribuindo para a construção de uma democracia plena e de uma sociedade com relações de gênero igualitárias.

El Movimiento Manuela Ramos es una organización feminista peruana que trabaja desde 1978 por la vigencia efectiva de los derechos de las mujeres y disidencias, promueve la defensa de sus autonomías, su empoderamiento social, económico y político y la eliminación de toda forma de discriminación y violencia aportando a la construcción de una democracia plena y una sociedad con relaciones de género igualitarias.

OLHARES SOBRE A REGIÃO MIRADAS SOBRE LA REGIÓN







crédito: vectorstock.com

LEVANTAMENTO DE LEGISLAÇÕES INTERNAS DE SEIS PAÍSES: ARGENTINA, BOLÍVIA, BRASIL, CHILE, MÉXICO E PERU.

LEGISLAÇÃO LATINO-AMERICANA COMPARADA



A tabela abaixo contém um levantamento de legislações internas de seis países – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, México e Peru –, com abrangência nacional, que versam disposições sobre Cotas, Paridade e Violência Política de Gênero. 

| PAÍSES | LEI DE COTAS POLÍTICA DE GÊNERO | LEI DE PARIDADE POLÍTICA DE GÊNERO | LEI DE PROTEÇÃO À VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO |
|---|--|--|---|
| ARGENTINA  | LEI Nº 24.012/1991 - ALTERAÇÃO NO ART. 60 | LEI Nº 24.430/1995 - ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO DA NAÇÃO ARGENTINA LEI Nº 27.412/2017 - PARIDADE DE GÊNERO EM ÂMBITOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA | LEI Nº 27.499/2019 - LEI MICAELA LEI Nº 27.533/2019 LEI Nº 26.485/2009 - LEI DE PROTEÇÃO INTEGRAL ÀS MULHERES |
| BOLÍVIA  | LEI Nº 25/2010 - LEI DO ÓRGÃO JUDICIÁRIO - 50% DAS CANDIDATURAS DOS CARGOS ÀS MULHERES LEI Nº 18/2010 - ORGÃO ELEITORAL PLURINACIONAL - ART. 4º LEI Nº 3.153/2005 - MÍNIMO 30% PARA VEREADORES LEI 2.771/2004 - GRUPOS CIDADÃOS E POVOS INDÍGENAS - 50% LEI 1983 - LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS - 30% - CAPÍTULO IV, ART. 19, NÚMERO IV LEI Nº 1.779/1997 - LEI DE REFORMAS E COMPLEMENTAÇÕES DO RÉGIME ELEITORAL - 30% | LEI Nº 26/2010 - LEI DE REGIME ELEITORAL - Art. 2º, h; Art. 11, b NOVA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA - 2009 - ART. 147; ART. 278 LEI 4.021/2009 - REGIME ELEITORAL TRANSITÓRIO - ART. 4º, II | LEI Nº 243/2012 - LEI CONTRA ASSÉDIO E VIOLÊNCIA POLÍTICA DECRETO SUPREMO Nº 2935 |
| BRASIL  | LEI Nº 13.877/2019 - ART. 44, V AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 5.617/2018 LEI Nº 12.034/2009 LEI Nº 9504/1997 - ART. 10 - 30% | NÃO POSSUI.  | LEI 14.192/2021 - LEI DE COMBATE À VIOLÊNCIA POLÍTICA |
| CHILE  | LEI Nº 20.840/2015 - MUDANÇA NO SISTEMA ELEITORAL PARA UM PROPORCIONAL | LEI Nº 21.216/2020 - ALTERAÇÃO NA CARTA FUNDAMENTAL | NÃO POSSUI.  |
| MÉXICO  | LEI GERAL DE INSTITUIÇÕES E PROCEDIMENTOS ELEITORAIS - REFORMA EM 2020 - 50% EM CARGOS ELEITORAIS COFIPE - 1996 - 30% COFIPE - 2008 - 40% NOS CARGOS PARA CONGRESSO | JULGAMENTO SUP-JDC-2729-2020 REFORMA "PARIDADE EM TUDO" - CONSTITUIÇÃO - 2019 DECRETO 135 - 2014 - ART. 25 SENTENÇA 12.624 DO TRIBUNAL ELEITORAL DO PODER JUDICIÁRIO - 2011 | LEI GERAL DE ACESSO DAS MULHERES A UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA - 2007 - REFORMA EM 2021 DECRETO DE 13 DE ABRIL DE 2020 - ADICIONA O CAPÍTULO "VIOLÊNCIA POLÍTICA" INE/CG252/2020 - ACÓRDÃO FAVORÁVEL INE |
| PERU  | LEI Nº 28.094/2003 - LEI DE PARTIDOS POLÍTICOS - Art. 26 - NÃO INFERIOR A 30% LEI Nº 27.387/2000 - NÃO INFERIOR A 30% CONGRESSO LEI Nº 26.859/1997 - LEI ORGÂNICA DE ELEIÇÕES - ART. 116 | LEI Nº 31030/2020 - 50% CANDIDATOS ELEITORAIS | LEI Nº 31.155/2021 - LEI QUE PREVINE E PUNE O ASSÉDIO CONTRA A MULHER NA VIDA POLÍTICA |

Argentina

Violência política na Argentina

Por Adriana Guerrero³

Na Argentina a possibilidade das mulheres votarem e serem votadas é [lei desde 1947](#). Esta lei sobre o voto feminino tornou-se efetiva nas eleições de 1951. [Pela primeira vez centenas de milhares de mulheres exerceram sua cidadania e 23 deputadas e 6 senadoras ingressam no Congresso Nacional, além das 97 legisladoras provinciais.](#)

Até alcançar essa conquista, um longo caminho foi percorrido, iniciado quase meio século antes. Em 1911, [Julieta Lantieri](#) conseguiu ser incorporada nas listas eleitorais. Ela foi a primeira e única mulher sul-americana a votar. Rapidamente o sistema político patriarcal achou uma maneira de fechar essa porta que possibilitava nosso pleno gozo dos direitos políticos. Lantieri, que também foi a primeira candidata a deputada no país, morreu vítima de um acidente de trânsito não solucionado e suspeito de homicídio político.

Rumo às décadas de 1960 e 70, época de grande instabilidade institucional e ditaduras no país e na região, a participação das mulheres nas organizações políticas revolucionárias era expressiva e teve como resposta uma tentativa de disciplinamento por termos rompido os mandatos de gênero estabelecidos por meio de violência, que mesmo no contexto de horror dos centros clandestinos de detenção, foram exercidos de forma diferente contra elas. A pesquisa da CLADEM - [Grietas en el Silencio \(Rachaduras no silêncio\)](#) - elaborada no marco da reabertura dos julgamentos contra o terrorismo de Estado no país, aborda essa questão. Com base nesta pesquisa foi possível processar e condenar crimes sexuais no âmbito do terrorismo de Estado, como crimes autônomos e crimes de lesa-humanidade.

Em 1991, por iniciativa da deputada Margarita Malarro de Torres, foi aprovada a primeira lei de cotas, estabelecendo 30% de vagas para mulheres nas listas eleitorais nacionais. A lei de cotas feminina, como é conhecida, desencadeou grande oposição, mudanças nas regulamentações eleitorais provinciais para inviabilizá-la, como na [província de Tucumán](#) e uma enorme violência discursiva e midiática. Nesse debate, a mídia de Tucumán [publicou manchetes](#) como: "Poder, esse obscuro objeto do desejo feminino", "Saías para o poder", "Uma bruxa para cada candidato", "A lei do sexo frágil", "Dois partidos disseram sim às meninas".

Atualmente as mulheres de nosso país, conseguiram fazer com que a maioria das províncias aceitem e adotem a [lei da paridade eleitoral](#). Apenas três províncias, até junho de 2022, não haviam aderido a esta legislação que promove a igualdade de gênero nas esferas de representação política. Este aumento no número de mulheres disputando espaços de poder político e de representação, levou a uma excessiva agressividade contra aquelas que aspiram exercer seus direitos de cidadania.

Em novembro de 2019, a violência política foi incorporada na Argentina como um dos tipos e modalidades da [Lei Nacional de Proteção Integral para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres \(N°26.485\)](#). Adotando os termos defendidos pelo MESECVI (Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará), esta violência foi definida como aquela que "visa minar, anular, impedir, dificultar ou restringir a participação política da mulher, violando o direito à vida política livre de violência e/ou o direito de participação nos assuntos públicos e políticos em pé de igualdade com os homens".



Um dos cenários favoritos para realizar esses ataques é encontrado nos meios de comunicação. Por isso, em novembro de 2020, a Defensoria Pública da Nação, como estratégia preventiva, apresentou as [recomendações para abordar a participação político-pública de mulheres, lésbicas, travestis e trans](#). Percebemos que o custo da participação das mulheres, lésbicas, travestis e trans, muitas vezes é a nossa própria dignidade. "Apesar dos avanços em direitos conquistados pelo movimento feminista, ainda há um longo caminho a percorrer. Essas recomendações visam contribuir com o que ainda falta conquistar", explicou Mirian Lewin, defensora pública.

Somente em junho de 2022 soubemos os resultados da primeira [pesquisa federal sobre violências políticas](#), apresentados pela organização Proyecto Generar com a pergunta "Por que a paridade não é suficiente para o exercício de uma vida política livre de violência?". A pesquisa aponta que 7 de cada 10 mulheres e dissidentes (disidencias) sofreram violência política. Visibiliza também as múltiplas formas de ataque sofridos pelo fato de serem mulheres e participarem do espaço público e político, incluindo: desqualificar o seu modo de pensar/opinar sobre determinadas questões, utilizar a violência sexual contra candidatas do sexo feminino e/ou ativistas políticas, dificultar ou colocar obstáculos para que elas integrem listas de candidatas, assediá-las sexualmente nas esferas políticas e/ou públicas em que trabalham. Incluem também, mensagens violentas, ameaças e assédios recebidos por muitos dos que ocupam cargos públicos através das redes sociais.

Para encerrar, trago uma história específica, que foi apresentada por nossa colega de Cladem Argentina, Susana Chiarotti, para ilustrar o uso da lei como ferramenta contra a violência política.

No dia 19 de maio, a Câmara Nacional Eleitoral (CNE) emitiu uma sentença que avança no reconhecimento dos direitos das mulheres a viverem uma vida política livre de violência.

No âmbito do processo "União Cívica Radical e outros s/ impugnação de ato de órgão ou autoridade partidária" foi solicitada a anulação da decisão do Comité Provincial da Unión Cívica Radical (UCR), na qual foi sancionado um grupo de mulheres de Catamarca pertencentes a essa força política, que advertiu que quem estava concorrendo a presidir o Comité da Capital havia sido denunciado por abuso sexual e que o processo estava pendente.

Essas mulheres - conhecidas como "As Ramonas Atrevidas" - decidiram apresentar uma nota à Mesa Eleitoral do partido UCR para que a pessoa acusada não seguisse com sua candidatura. Em decorrência da referida ação, elas foram suspensas por cinco meses do exercício dos cargos partidários para os quais haviam sido eleitas e nomeadas.

A Justiça Federal de Catamarca determinou que fosse anulada a sanção imposta pelo Tribunal de Conduta do partido Radical por determinar que os mandatos de seus integrantes não estavam vigentes, e não se referir aos atos discriminatórios que fundamentaram as sanções estabelecidas a este grupo de mulheres. O Presidente do Tribunal de Conduta recorreu da sentença que foi encaminhada à Câmara Nacional Eleitoral (CNE). No processo judicial, um *amicus curiae* da Equipe Latino-Americana de Justiça e Gênero (ELA), não foi aceito.

Após esta digressão, a CNE finalmente rejeitou o recurso interposto pela autoridade do partido Radical e confirmou a revogação das medidas impostas a "Las Ramonas Atrevidas".

Seguindo normas de direitos humanos sobre a proteção integral dos direitos das mulheres, a Câmara Eleitoral reconheceu que a suspensão imposta constituiu uma forma de violência política por motivos de gênero.

Assim, salientou que:

"com tal entendimento e tendo em conta o compromisso de atuar com a devida diligência para prevenir, investigar, punir e erradicar a violência contra as mulheres conforme a Convenção de Belém do Pará [...] só é possível concluir que em circunstâncias como as dos autos - que envolvem questões de discriminação com base no gênero - as motivações ou causas das sanções não podem estar alheias ao controle da justiça".

A Câmara considerou que:

"(...) não admitir sua análise, privaria o sistema de justiça da possibilidade de controlar as sanções que são aplicadas aos grupos mais vulneráveis pela sua mera condição de tal, o que, na verdade, resultaria em ignorar o efeito altamente dissuasivo que este tipo de conduta provoca sobre a participação política de um grupo historicamente negligenciado".

Esta decisão é um marco porque visibiliza o impacto no exercício dos direitos das mulheres em um sistema democrático. Cria uma base jurisprudencial para continuar abordando a violência política por estabelecer a obrigação dos partidos políticos de preveni-la e o dever da justiça eleitoral de reparar e proteger contra essas violações.

As mulheres da América Latina conseguiram avançar respaldadas em conquistas obtidas na região. A conceituação da violência política por razões de gênero também é uma construção coletiva. Entendemos que o próximo passo é encontrar ferramentas comuns que nos permitam mostrar como o sistema tenta cercear, por meio desse tipo de violência, nossos direitos de sermos ouvidas e consideradas no exercício da representação política e cidadã, fundamentalmente quando nossos questionamentos apontam para os privilégios masculinos e o sistema capitalista-patriarcal e extrativista que está colocando em risco a continuidade da vida.



Imagem: Stella Giordano por Pixabay



Violencia Política en Argentina

Por Adriana Guerrero⁴

En Argentina la posibilidad de votar y ser votadas para las mujeres es [ley desde 1947](#). Esta ley del voto femenino se hace efectiva en las elecciones de 1951. [Por primera vez cientos de miles de mujeres ejercen su ciudadanía y se incorporan al Congreso de la Nación 23 diputadas y 6 senadoras, además de las 97 legisladoras provinciales.](#)

Llegar hasta este punto fue un largo camino, iniciado casi medio siglo antes. En 1911, [Julieta Lantieri](#) logró ser incorporada a los padrones electorales. Fue la primera y única mujer sudamericana en votar. Luego el sistema político patriarcal encontró la forma de cerrar rápidamente esa puerta abierta a nuestro pleno goce de los derechos políticos. Lantieri, que también fue la primera candidata a diputada en nuestro país, murió víctima de un accidente de tránsito no esclarecido y sospechado de asesinato político.

Hacia las décadas de los '60 y '70, época de gran inestabilidad institucional y de dictaduras en el país y la región, la participación de las mujeres en las organizaciones políticas revolucionarias fue alta y tuvo como respuesta un intento de disciplinamiento por haber roto los mandatos de género establecidos a través de formas de violencia, que aún en el marco del horror de los centros clandestinos de detención, fueron ejercidas de forma diferencial contra ellas. La investigación de CLADEM - [Grietas en el silencio](#) - realizada en el marco de la reapertura de los juicios contra el terrorismo de estado en nuestro país, da cuenta de ello. Logró que en base a esa investigación, se juzguen y condenen los delitos sexuales en el marco del terrorismo de estado, como crímenes autónomos y de lesa humanidad.

En 1991, por iniciativa de la legisladora Margarita Malarro de Torres, se sanciona la primera ley de cuotas, estableciendo un cupo de un 30% de mujeres en las listas electorales nacionales. La ley de cupo femenino, como se la conoce, desató grandes oposiciones, cambios de las normativas electorales provinciales para hacerla impracticable, como en la [provincia de Tucumán](#) y una enorme violencia discursiva y mediática. Durante ese debate los medios de comunicación tucumanos usaron como [titulares como](#): "El poder, ese oscuro objeto del deseo femenino", "Faldas al poder", "Una bruja por cada candidato", "La ley del sexo débil", "Dos partidos dieron el sí a las niñas".

En la actualidad, las mujeres en nuestro país conseguimos que la mayoría de las provincias acepten y adopten la [ley de paridad electoral](#). Sólo tres provincias, hasta junio de 2022, no adhirieron a esta normativa que propicia la igualdad de género en los ámbitos de representación política. Este incremento de mujeres disputando espacios de poder político y de representación, se tradujo en una desmedida agresión hacia quienes aspiran a ejercer sus derechos ciudadanos.

En noviembre de 2019, la violencia política fue incorporada en Argentina como uno de los tipos y modalidades de la [Ley Nacional de Protección Integral para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia Contra las Mujeres \(N°26.485\)](#).

⁴ Adriana Guerrero es activista feminista y de derechos humanos, coordinadora nacional de CLADEM/Argentina.

Adoptando los términos marcados por el MESECVI (Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará) quedó definida como aquella que “se dirige a menoscabar, anular, impedir, obstaculizar o restringir la participación política de la mujer, vulnerando el derecho a una vida política libre de violencia y/o el derecho a participar en los asuntos públicos y políticos en condiciones de igualdad con los varones”.

Uno de los escenarios predilectos para ejercer estas agresiones los encontramos en los medios de comunicación. Por este motivo, en noviembre de 2020, la Defensoría del Público de la Nación, como una estrategia preventiva, presentó las [recomendaciones para el abordaje de la participación público-política de mujeres, lesbianas, travestis y trans](#). “Hemos notado que el precio de la participación de las mujeres, lesbianas, travestis y trans, muchas veces es nuestra propia dignidad. Pese a los avances en materia de derechos que consiguió el movimiento feminista, todavía queda mucho camino por andar. Estas recomendaciones vienen a aportar en lo que aún falta”, explicó Mirian Lewin, defensora del público.

Fue hasta junio de 2022, que conocimos los resultados de la [primera encuesta federal sobre violencias políticas](#), presentados por la organización Proyecto Generar bajo la pregunta “¿Por qué la paridad no basta para el ejercicio de una vida política libre de violencias?”. De este informe se desprende que 7 de cada 10 mujeres y disidencias vivieron violencia política. Visibiliza las múltiples formas de ataques que se producen por el hecho de ser mujeres y participar en el espacio público y político, como: descalificar a una referenta por su manera de pensar/ opinar sobre ciertas temáticas, usar la violencia sexual contra candidatas y/o militantes políticas, poner obstáculos o barreras para integrar listas de candidatxs, acosarlas sexualmente dentro de los ámbitos político y/o públicos en donde se desempeñan.

También, los mensajes violentos, las amenazas y el hostigamiento que reciben muchas de las que ocupan cargos públicos a través de las redes sociales.

Por último, una historia concreta, que fue presentada por nuestra compañera de Cladem Argentina, Susana Chiarotti, para ilustrar el uso del derecho como herramienta frente a las violencias políticas.

El pasado 19 de mayo, la Cámara Nacional Electoral (CNE) dictó una sentencia que avanza en el reconocimiento de los derechos de las mujeres a vivir una vida política libre de violencias.

En el marco de la causa “Unión Cívica Radical y otro s/ impugnación de acto de órgano o autoridad partidaria” se solicitó que se deje sin efecto la decisión del Comité Provincial de la UCR, en la cual fue sancionado un grupo de mujeres de Catamarca pertenecientes a esa fuerza política, que habían advertido que quien estaba postulándose para presidir el Comité Capital había sido denunciado por abuso sexual y que el proceso se encontraba en trámite. Estas mujeres - conocidas como “Las Ramonas Atrevidas”- decidieron presentar una nota a la Junta Electoral del partido de la UCR con la finalidad de que esa persona no siguiera adelante con su candidatura. A raíz de dicha acción, fueron suspendidas por cinco meses del ejercicio de los cargos partidarios para los que habían sido electas y proclamadas como funcionarias.

El Juzgado Federal de Catamarca ordenó que se deje sin efecto la sanción impuesta por el Tribunal de Conducta del partido radical por determinar que los mandatos de sus integrantes no se encontraban vigentes, pero no hizo referencia a los actos discriminatorios que sustentaron con las sanciones dispuestas a este grupo de mujeres.



Imagem: Stella Giordano por Pixabay

El Presidente del Tribunal de Conducta apeló la sentencia que llegó a la Cámara Nacional Electoral (CNE). En el proceso judicial un *amicus curiae* del Equipo Latinoamericano de Justicia y Género (ELA), no fue aceptado.

Luego de este recorrido, la CNE finalmente rechazó la apelación interpuesta por la autoridad del partido radical y confirmó la revocación de las medidas impuestas a "Las Ramonas Atrevidas". Siguiendo estándares de derechos humanos sobre la protección integral de los derechos de las mujeres la Cámara Electoral reconoció que la suspensión impuesta constituyó una forma de violencia política por razones de género. Así, señaló que:

"con tal comprensión y teniendo en cuenta el compromiso de actuar con la debida diligencia para prevenir, investigar, sancionar y erradicar la violencia contra la mujer plasmado en la Convención de Belém do Pará [...] solo puede concluirse que en circunstancias como las de autos –que involucran cuestiones de discriminación por razón de género- las motivaciones o causas de las medidas sancionatorias no pueden quedar ajenas al contralor de la justicia."

La Cámara consideró que:

"de no admitir su análisis, privaría a la justicia de la posibilidad de controlar las sanciones que se aplican sobre los grupos más vulnerables por su sola condición de tales, lo que en los hechos redundaría en desconocer el efecto altamente disuasivo que este tipo de conductas provocan sobre la participación política de un grupo que históricamente ha sido postergado."

Este fallo es un hito en la visibilización del impacto que tiene en el ejercicio de los derechos de las mujeres en un sistema democrático. Sienta una base jurisprudencial para seguir abordando la violencia política porque establece la obligación de los partidos políticos de prevenirla y el deber de la justicia electoral de reparar y proteger frente a estas vulneraciones.

Las mujeres de América Latina logramos avanzar apoyándonos en los logros obtenidos en la región. La conceptualización de violencia política por razones de género es también una construcción colectiva. Entendemos que el paso siguiente es encontrar herramientas comunes que nos permitan mostrar cómo el sistema intenta cercenar, a través de este tipo de violencias, nuestros derechos a ser escuchadas y consideradas en el ejercicio de la representación política y ciudadana, fundamentalmente cuando nuestros cuestionamientos apuntan a los privilegios masculinos y al sistema capitalista-patriarcal y extractivista que está poniendo en riesgo la continuidad de la vida.

Bolívia

Paridade sem igualdade

Por Sônia Montañó Virreira⁵

A participação política das mulheres, tanto na Bolívia como na maioria dos países da região, tem contribuído para melhorar a democracia. Primeiro o sufrágio universal, depois as cotas e finalmente a paridade permitiram que as mulheres passassem de eleitoras a eleitas, ampliassem a agenda legislativa e ganhassem experiência na gestão pública. Os avanços foram interrompidos durante as ditaduras militares que fizeram homens e mulheres desaparecerem física e politicamente, perseguindo, torturando e aterrorizando. A ditadura foi sucedida pela democracia pactuada, que entre 1983 e 2006, impôs o modelo neoliberal na economia.

Curiosamente, ao contrário das políticas de privatização que atribuíam um papel mínimo ao Estado, o governo da Bolívia aplicou, naquela época, as primeiras políticas de gênero e participação popular, que descentralizaram e reconheceram as Organizações de Base Territorial⁶, de acordo com seus usos e costumes. Este reconhecimento foi aprofundado com a nova Constituição em 2009. Os municípios tornaram-se atores fundamentais da democracia, embora as mulheres tenham sentido assédio e discriminação como nunca antes. Nem todo progresso foi igual.

Durante os governos neoliberais, os pactos políticos que sustentavam a democracia se deterioraram e a sociedade vivenciou a pobreza e a desigualdade, dando origem a protestos sociais em todos os setores que culminaram com a saída do presidente Sanchez de Lozada e de outros governos interinos.

5 Sonia Montañó Virreira é socióloga feminista, integrante do Coletivo CIDEM, foi coordenadora da primeira política de Igualdade de Gênero e da criação da primeira Subsecretaria de Gênero da Bolívia e da Cúpula do Cairo (1994), e foi Diretora da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL.

6 Para os efeitos da Lei nº 1.551 de Participação Popular, por Organização Territorial de Base entende-se a comunidade básica ou unidade de vizinhança que ocupa determinado espaço territorial, compreendendo uma população sem diferenciação de escolaridade, ocupação, idade, sexo ou religião e que tenha principal relação com os órgãos públicos do Estado por meio da Prefeitura Municipal da jurisdição onde está localizada. (Fonte: Decreto Supremo Nº 23858, 9 de septiembre de 1994).

7 TIPNIS - O Parque Nacional e Território Indígena Isiboro-Secure é uma área Protegida da Bolívia, criada como Parque Nacional por decreto DS 7401 de 22 de novembro de 1965 e declarada Território Indígena por decreto DS22610 de 24 de setembro de 1990, graças a reivindicações dos povos indígenas da região. (Fonte: Wikipedia).

8 Mulheres indígenas de terras baixas dizem respeito a mulheres indígenas da Amazônia em contraste com as terras altas do altiplano e vales povoados por povos aimarás e quéchuas.

A democracia pactuada teve assim um processo acelerado de deterioração e a alternativa encontrada foi buscar um novo pacto com a Constituição de 2009.

Apesar da nova Constituição reconhecer muitos direitos e incluir a paridade no poder legislativo, o governo do Movimiento al Socialismo (MAS) não a viola, mas a ignora, restringindo a democracia aos processos eleitorais, incluindo a eleição fraudulenta que provocou a fuga do país de Evo Morales em 2019. O que se seguiu foi uma rápida concentração de poder que teve um ponto de virada com a repressão aos indígenas do TIPNIS.⁷

Como aponta a pesquisadora [Fernanda Wanderley](#),

“os povos indígenas denunciaram a violação dos princípios constitucionais da consulta prévia, do consentimento livre e esclarecido, da autonomia dos povos indígenas sobre seu território e dos impactos socioambientais negativos desse megaprojeto. A intransigência do Governo em favor da construção de uma rodovia mobilizou grande parte da população, que exigiu coerência com os compromissos políticos de transformações econômicas estruturais.”

Nesse processo, as mulheres indígenas de terras baixas⁸ desempenharam um papel tão relevante quanto o desempenhado pelas mulheres das minas nos anos sessenta e durante as ditaduras militares. Entretanto, isso ainda não se traduziu em representação substantiva.



Imagem: CIDEM



Imagem: CIDEM

O "processo de mudança" como é conhecido o regime instituído durante o governo de Evo Morales, por um lado, ampliou a presença das mulheres na política e, por outro, derrotou o feminismo por meio de uma ação de dupla natureza: integrou mulheres indígenas que não eram necessariamente feministas, por meio das Mulheres da [Confederação Nacional de Mulheres Indígenas Camponesas da Bolívia "Bartolina Sisa"](#) com uma importante tradição de combate à discriminação contra os direitos dos povos indígenas, mas subjugou boa parte das feministas de classe média que preferiram permanecer complacentes frente as posições machistas do governo.

A maioria das beneficiárias das lutas feministas veio à Assembléia Legislativa para silenciar ou apoiar o governo. Elas chegaram ao poder ao mesmo tempo em que o MAS lançava um regime machista e autoritário que punia a dissidência, como aconteceu com a deputada Rebeca Delgado, cuja reivindicação foi admitida pelo [Comitê de Direitos Humanos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da Organização das Nações Unidas \(ONU\)](#), e ordenou que o governo boliviano lhe pagasse uma compensação financeira por ter violado seus direitos políticos e cívicos.

Exemplos de submissão são deputados do MAS que, após a fraude eleitoral realizada em 2019 por Morales, para se manter no poder argumentando que era seu direito humano (sic), não cumpriram um referendo onde a maioria dos cidadãos votou contra a re-eleição e, mais tarde, diante dos protestos dos cidadãos, fugiram com Morales endossando a fraude.

Esse comportamento prejudica o progresso das mulheres porque contraria a ideia de fortalecer a democracia com a participação das mulheres, limitando a sua autonomia. Prejudica também as mulheres que permaneceram durante o governo de transição que terminou com a eleição do presidente Arce e prisão da ex-presidente Janine Añez que, segundo organizações de direitos humanos, está sendo vítima de uma violação de seus direitos políticos e humanos sem que as mulheres do partido no poder exijam um julgamento justo, mesmo que não compartilhem de suas ideias.

Num contexto de deterioração das instituições, de perda de confiança nas mesmas, o caso do ex-presidente não é o único. O assassinato de Juana Quispe, do município de Ancoraimes, assassinada há dez anos por denunciar a corrupção em seu município, continua impune. Sua morte deu origem à [lei pioneira contra o assédio político aprovada em 2012](#) e que até agora permanece como um exemplo do distanciamento entre o que é dito e o que é realmente feito.

As mulheres bolivianas que participam da política enfrentam assédio e morte ou acabam se afastando da política. Uma democracia onde metade são mulheres de partidos sem democracia interna, com um sistema político desacreditado e uma justiça sujeita ao governo é o pior cenário para que a conquista da paridade seja um mecanismo de progresso.



Imagem: beto0albo por Pixabay



Paridad sin igualdad

Por Sonia Montaña Virreira⁹

La participación política de las mujeres, tanto en Bolivia como en la mayoría de los países de la región, ha contribuido a mejorar la democracia. El voto universal primero, las cuotas luego y hasta la paridad han permitido que las mujeres pasen de electoras a elegidas, amplíen la agenda legislativa y adquieran experiencia en la gestión pública. Los avances fueron interrumpidos durante las dictaduras militares que hicieron desaparecer física y políticamente a hombres y mujeres, persiguiendo, torturando y atemorizando. Luego vino la democracia pactada que, entre 1983 y 2006, impuso el modelo neoliberal en economía.

Curiosamente, a contrapelo de las políticas privatizadores que le asignaban un papel mínimo al estado, Bolivia aplica en ese tiempo las primeras políticas de género y la participación popular que descentraliza y reconoce a las Organizaciones Territoriales de Base¹⁰, según sus usos y costumbres. Algo que fue profundizado con la nueva Constitución en 2009. Los municipios se convirtieron en actores fundamentales de la democracia aunque las mujeres sintieron como nunca el acoso y la discriminación. No todos los avances fueron equitativos.

Durante los gobiernos neoliberales los pactos políticos que sustentaban la democracia se fueron deteriorando y la sociedad fue sintiendo la pobreza y la desigualdad, dando lugar a protestas sociales en todos los sectores que terminaron en la salida del presidente Sanchez de Lozada y otros gobiernos interinos. La democracia pactada tuvo un acelerado proceso de deterioro y la alternativa fue buscar un nuevo pacto con la constitución de 2009. A pesar de que la nueva constitución reconoce muchos derechos e incluye la paridad en el poder legislativo, el gobierno del Movimiento al Socialismo (MAS) si no la viola, la ignora, reduciendo la democracia a los procesos electorales incluido el fraudulento que provocó la huida de Evo Morales en 2019. Lo demás ha sido una rápida concentración de poder que ha tenido un punto de inflexión con la represión a los indígenas del TIPNIS.¹¹

Como lo señala la investigadora [Fernanda Wanderley](#),

“los pueblos indígenas denunciaron la vulneración de los principios constitucionales de la consulta previa, el consentimiento libre e informado, la autonomía de los pueblos indígenas sobre su territorio y los impactos socio-ambientales negativos de este megaproyecto. La intransigencia del Gobierno a favor de la construcción de una carretera movilizó a buena parte de la ciudadanía, que exigió coherencia con los compromisos políticos de transformaciones económicas estructurales.”

⁹ Sonia Montaña Virreira es socióloga feminista, integrante del Colectivo CIDEM, fue coordinadora de la primera política de Igualdad de Género y de la creación de la primera subsecretaria de Género en Bolivia y la Cumbre de El Cairo (1994), fue directora de la División de Asuntos de Género de la CEPAL.

¹⁰ A los efectos de la Ley N° 1551 de Participación Popular, se entiende por Organización Territorial de Base, la unidad básica de carácter comunitario o vecinal que ocupa un espacio territorial determinado, comprende una población sin diferenciación de grado de instrucción, ocupación, edad, sexo o religión y guarda una relación principal con los órganos públicos del Estado a través del Gobierno Municipal de la jurisdicción donde está ubicada. (Fuente: Decreto Supremo N° 23858, 9 de septiembre de 1994)

¹¹ TIPNIS - El Parque Nacional y Tierra Indígena Isiboro-Secure es un área protegida en Bolivia, creada como Parque Nacional por decreto DS 7401 del 22 de noviembre de 1965 y declarada Tierra Indígena por decreto DS 22610 del 24 de septiembre de 1990, gracias a la reclamos de los pueblos indígenas de la región (Fuente: Wikipedia).



Imagen: CIDEM

En ese proceso las mujeres indígenas de tierras bajas¹² jugaron un papel tan relevante como el jugado por las mujeres de las minas en los años sesenta y durante las dictaduras militares. Esto aún no se traduce en representación sustantiva.

El “proceso de cambio” como se conoce al régimen instaurado durante el gobierno de Evo Morales, por un lado amplió la presencia de mujeres en la política y, por otro, derrotó al feminismo por medio de una acción de doble naturaleza: integró a las indígenas, no necesariamente feministas, a través de las [Mujeres de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa”](#) con importante tradición de lucha contra la discriminación de los derechos de los pueblos indígenas, pero sometió a una buena parte de las feministas de clase media que prefirieron mantenerse complacientes ante posiciones machistas del gobierno.

La mayoría de las beneficiarias de las luchas feministas, llegaron a la asamblea legislativa para callar o apoyar al gobierno. Llegaron al poder al mismo tiempo que el MAS puso en marcha un régimen machista y autoritario que castigaba la disidencia como ocurrió con la diputada Rebeca Delgado cuya demanda fue admitida por el [Comité de Derechos Humanos del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos de la Organización de Naciones Unidas \(ONU\)](#), y ordenó al Gobierno boliviano que se le pague un resarcimiento económico por haber violado sus derechos políticos y cívicos.

Ejemplos del sometimiento son asambleístas del MAS que luego del fraude electoral realizado en 2019 por Morales, para mantenerse en el poder argumentando que era su derecho humano (sic) incumplieron un referéndum donde la ciudadanía votó mayoritariamente contra la reelección y más adelante ante las protestas ciudadanas fugaron con Morales avalando el fraude. Esa conducta lastima los avances de las mujeres porque contrarían la idea de mejorar la democracia con la participación de las mujeres, las muestra carentes de autonomía y perjudica a las mujeres que sí se quedaron durante el gobierno de transición que concluyó con la elección del Presidente Arce y el encarcelamiento de la ex Presidenta Janine Añez que según han afirmado los organismos de derechos humanos está siendo víctima de una vulneración de sus derechos políticos y humanos, sin que las mujeres del oficialismo se detengan a reclamar un juicio justo, aunque no compartan sus ideas. En un contexto de deterioro de las instituciones, de pérdida de confianza en estas, el caso de la ex Presidenta no es el único.

Aun se mantiene impune el asesinato de Juana Quispe, del municipio de Ancoraimes asesinada hace diez años por denunciar la corrupción en su municipio. Su muerte dio lugar a la pionera [ley contra el acoso político aprobada en 2012](#) y que hasta ahora permanece como una muestra de la distancia entre lo que se dice y lo que realmente se hace.

Las mujeres bolivianas que participan en política enfrentan acoso y muerte o finalmente se alejan de la política. Una democracia donde la mitad son mujeres de partidos sin democracia interna, con un sistema político desprestigiado y una justicia sometida al gobierno es el peor escenario para que la conquista de la paridad sea un mecanismo para avanzar.

¹² Mujeres indígenas de tierras bajas son las mujeres indígenas de la amazonía en contraste con las tierras altas del altiplano y valles que están pobladas por pueblos aymaras y quechuas.

Brasil

Mulheres brasileiras e a conquista de espaços políticos

Por Andrea Romani¹³

Art. 3º Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.

[Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021](#)

A trajetória das mulheres brasileiras na conquista de espaços políticos não é linear e tampouco isolada. Trata-se de uma caminhada de períodos da história mais favoráveis e outros mais avessos, mas sempre com um protagonismo intenso das mulheres em sua diversidade. Uma caminhada atravessada por lutas que incluem a reivindicação pelo direito ao voto, mas que vão além. Uma luta pelo direito das mulheres a uma cidadania plena, em defesa da democracia, do estado laico, contra o racismo estrutural, e em defesa de uma sociedade mais saudável e justa. Ao mesmo tempo, as experiências brasileiras são influenciadas e influenciam o que ocorre em outros países da região.

Nesse ano de 2022 celebramos no Brasil os 90 anos do voto feminino, conquistado em 1932, após a luta de muitas sufragistas como Bertha Lutz, grande ativista com incidência nacional e internacional. Dizem que o voto não basta, e é verdade, mas significou, sem dúvida nenhuma, uma conquista muito importante em direção à cidadania plena das mulheres. Como lembra Branca Moreira Alves¹⁴ antes do Decreto Nº 21.076/1932 que conferiu o direito ao voto às mulheres, direito esse, posteriormente, consolidado na Constituição de 1934, a primeira prefeita de toda a América do Sul já havia sido eleita em município do Rio Grande do Norte, em 1929, Alzira Soriano.

Com o direito ao voto e a possibilidade de se candidatar as mulheres começaram, mesmo que de forma muito lenta e desproporcional, a ocupar espaços formais de poder.

Mas, os obstáculos enfrentados eram e seguem sendo de inúmeras ordens, tanto de uma violência institucionalizada dentro dos próprios partidos políticos que não apoiam candidaturas femininas e criam ambientes hostis a elas, assim como de outras barreiras ligadas às múltiplas dimensões de um sistema patriarcal que perpetua estereótipos ligados à masculinidade e feminilidade, com a subalternidade das mulheres e a sua vinculação ao espaço da casa e da família. A questão da moral é apontada por Lucia Xavier¹⁵ como um ponto central nesse conjunto de desafios.

“Mulheres tendem a zelar muito por sua moral, seus nomes e sua integridade e se colocam muito pouco no jogo político que é um jogo, de fato bastante complexo e, por isso, muitas mulheres com alto nível de possibilidades de trabalhar nos parlamentos sempre pensam nessa perspectiva em segundo plano.”

As barreiras e obstáculos para a presença de mulheres nos espaços de poder, incluindo os partidos políticos, não se colocam da mesma forma para todas as mulheres que não devem ser consideradas como um grupo homogêneo.

Marcadores de raça /cor, etnia, identidade de gênero e classe atravessam e exacerbam as múltiplas violências políticas contra as mulheres no Brasil. Como comenta Lúcia Xavier:

¹³ Andrea Romani é Coordenadora de Programas na CEPIA e integra a Coordenação Regional da Women's Learning Partnership.

¹⁴ Branca Moreira Alves é historiadora e advogada e foi representante da UNIFEM no Brasil. Trecho de sua participação no [Podcast da CEPIA Mulheres e Política: a conquista de espaços de poder](#).

¹⁵ Lucia Xavier é Coordenadora Geral da ONG CRIOLA. Trechos extraídos de sua participação no encontro online do dia 13 de junho da iniciativa da CEPIA e da WLP Diálogos latinoamericanos pela democracia e pelos direitos humanos das mulheres.



Imagem: Beatriz Evangelista

“Nesse processo violento de disputas de poder racismo e LGBTfobia andam juntos e, nesse sentido, essas duas estruturas ou uma única estrutura desenhada com várias perspectivas tem produzido para mulheres negras, mulheres trans e também mulheres cis um desconforto completo no processo de aprendizado, de fortalecimento e consolidação de suas carreiras políticas.”

Em 1979, Eunice Michelis, se torna a primeira mulher a ocupar o Senado, mas a primeira mulher negra, Benedita da Silva¹⁶, chega à mesma posição apenas 15 anos depois. Benedita comentou que,

“qualquer mulher com o meu perfil vai ficar assustada. Ambiente masculino, branco e classe social média alta. Eu seria uma intrusa naquele momento. Mas cheguei com a força das mulheres e dos negros e nos tínhamos essa força.”

Em termos de conquistas, um marco muito importante foi o período da Assembléia Constituinte de 1987/88 onde as mulheres, apesar de ocuparem apenas 25 das cadeiras constituintes de um total de 559 congressistas, conseguiram levar adiante uma pauta feminista. Uma das principais estratégias foi a criação de uma bancada feminina entre as mulheres constituintes que, apesar de partidos políticos diferentes, se uniram celebrando um pacto de não agressão e acordaram que não fariam intervenções desde a tribuna que fossem contrárias às propostas apresentadas pelas mulheres, na perspectiva de avançar uma agenda comum. Esse movimento coordenado pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), com a participação de conselhos estaduais de direitos das mulheres, sindicatos de trabalhadoras domésticas, mulheres rurais e diversos movimentos feministas ficou conhecido como o [Lobby do Batom](#). A atuação das mulheres parlamentares e sua articulação com movimentos sociais e o CNDM resultou em uma aprovação na Carta Constituinte de mais de 80% das reivindicações das mulheres brasileiras. A [Constituição Federal de 1988](#), chamada de Constituição cidadã, estabelece novo patamar de igualdade entre homens e mulheres.

16 Benedita da Silva única deputada constituinte negra, em 1986 primeira senadora negra do Brasil, e deputada federal, com atuação marcante em temas de gênero e raça no parlamento. Trecho de sua participação no [Podcast da CEPIA Avanços - mulheres e política: a conquista de espaços no poder](#).

Outro marco muito importante foi a eleição, em 2014, da primeira mulher presidenta, Dilma Rousseff. A presença de uma mulher ocupando o mais alto posto do país foi significativo não apenas do ponto de vista institucional, mas também do imaginário social, possibilitando que outras mulheres e meninas também aspirassem essa posição.

Apesar de um movimento social muito expressivo com uma enorme capacidade de mobilização e luta das mulheres, essa força não se reflete nos espaços formais de poder. O Brasil está muito atrás de diversos outros países da região e do mundo quando a questão é representação política das mulheres no parlamento. As mulheres são a maioria da população, somos a maioria do eleitorado, mas representamos apenas 15% das cadeiras do parlamento. E essa representação é ainda muito inferior com recorte de cor/raça/etnia: são menos de 3% as mulheres negras a ocuparem esses espaços e a primeira mulher indígena deputada federal, Joênia Wapichana, foi eleita apenas no pleito de 2018. Como destaca Joci Aguiar¹⁷,

“Além da sub-representação, mulheres como Joênia enfrentam o preconceito e a violência política no próprio parlamento ao ser barrada em comissões que discutem pautas indígenas e de desenvolvimento ambiental. Defensoras ambientais enfrentam o medo e as ameaças para poder alcançar o espaço político e defender seus territórios”.

Apesar da enorme subrepresentação alguns avanços vêm sendo alcançados no sentido de criar melhores condições legais para as mulheres. O Brasil conta com cotas eleitorais desde 1997 ([lei 9504 - que estabelece normas para as eleições](#)) que determina ao menos 30% de candidaturas de um sexto e 70% de outro.

Mas, o que fica evidente é que, mesmo com as cotas, os partidos exercem violência política de gênero, dificultando que as candidaturas femininas tenham possibilidades de se elegerem, discriminando-as no acesso ao tempo de propaganda política e aos recursos para a campanha. Ou seja, cumprem a lei de cotas, mas com candidaturas sem chance de se elegerem.

Com esse entendimento, em 2018, a CEPIA, juntamente com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, atuou como [amicus curiae junto ao Supremo Tribunal Federal \(STF\) na ADI 5617](#), onde o STF determinou que, ao menos 30% do fundo partidário fosse destinado a campanhas de mulheres. Essa conquista teve impactos muito positivos nas eleições de 2018, onde, pela primeira vez, alcançamos o patamar de 30% de candidaturas de mulheres.

Mais mulheres no poder é percebida por muitos homens como uma ameaça. E esta percepção leva à violência política. Como comentou Simony dos Anjos¹⁸,

“eu sempre gosto de inverter a perspectiva. Se nós estamos sendo atacadas é por que nós estamos chegando. Nós estamos ocupando esses espaços. (...) O grande desafio é o risco calculado de ocupar esses espaços. Calcular a exposição de nossas figuras públicas.....”

E, nesse sentido, direitos e avanços conquistados estão em constante ataque, o que demanda estarmos em alerta, buscarmos mecanismos de resistência e denúncia e, ao mesmo tempo avançarmos em estratégias de empoderamento político por meio de formações, sensibilização da mídia e construção de pontes com potenciais parceiros como instituições de ensino, organizações da sociedade civil em defesa da democracia e dos direitos humanos.

17 Joci Aguiar integra o Grupo de Trabalho Amazônico, o Grupo Gênero e Clima do Observatório do Clima e participa da iniciativa da CEPIA e da WLP Diálogos latinoamericanos pela democracia e pelos direitos humanos das mulheres.

18 Simony dos Anjos é evangélica, cientista social e em 2019 foi candidata à prefeitura de Osasco, em São Paulo, única mulher e negra a pleitear esse cargo. Trecho de sua participação no [Podcast da CEPIA Violência Política contra Mulheres](#).



Imagem: Andrea Romani

Mulheres em cargos políticos com grande visibilidade ameaçam. E quando são mulheres negras que questionam padrões patriarcais e transgridem os ditames de uma moral conservadora, a ameaça por estarem exercendo o poder se multiplica e os ataques podem se tornar letais. Exemplo emblemático foi o assassinato de Marielle Franco, então vereadora no Rio de Janeiro, assassinada há 4 anos, no exercício de seu mandato, crime esse até hoje não esclarecido. Marielle é um símbolo de uma grande liderança abatida pela violência política. Mulheres parlamentares continuam a ser vítimas de violência de gênero seja de forma sutil, através da interrupção constante de suas falas por parlamentares homens ou de comentários preconceituosos, seja através de ataques através de redes sociais, dirigidos com particular virulência as que por serem negras, ou indígenas, ou LGBTQ+ são percebidas por setores da população como não tendo direito a ocuparem espaços de poder. Joci Aguiar comenta:

“A violência é crescente contra as mulheres em todos os espaços. É espantosa a ocorrência cada vez maior de ataques às mulheres parlamentares e essa violência tem afastado as mulheres a participarem da política. O medo tem tomado conta das pessoas (...), no entanto, nesse momento temos que transformar o medo em luta e coragem e transformar o Brasil.”

Nesse contexto de violência, em 2021 importante passo foi dado no sentido de reprimir essa violência com a promulgação da lei [Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021](#) que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.



Imagem: Beatriz Evangelista

A eleição que teremos em outubro deste ano (2022) - federais e estaduais - será a primeira eleição com esse novo marco legal que, além de maior proteção jurídica, pode se constituir em importante instrumento para conferir maior visibilidade a essa violência que, acompanha a história política do Brasil, e que, por ser, em muitos casos, naturalizada não ganha a devida atenção. Hoje, codificada em uma lei, não se pode negar a sua existência.

Como considerações finais, importante destacar que a violência política contra as mulheres é reflexo das múltiplas violências da estrutura patriarcal e racista que nos coloca em posição de inferioridade e subalternidade e nos afasta dos espaços de poder. Nesse sentido, o combate a essa violência passa por assegurar a igualdade com os homens na arena política partidária, mas também em outros campos como o mercado de trabalho, a divisão de trabalho no espaço da casa e a autonomia de nossos corpos. Leis eleitorais, cotas, recursos partidários são avanços muito significativos, mas as mudanças devem ser mais profundas no imaginário social, não apenas de homens, mas também de meninas e mulheres, para que se alcance paridade efetiva. Neste sentido é necessário quebrar barreiras culturais para que meninas e mulheres não sejam avessas ao poder e nem tampouco à política e percebam que este é também o seu lugar.

A paridade política não é benéfica apenas para as mulheres, ela é indispensável para o fortalecimento da democracia. A caminhada ainda é longa, o contexto político é adverso, mas passos largos foram alcançados.

“Quando a participação política de qualquer pessoa coloca sua vida em risco é porque estão matando a democracia.”

Clément Nyaletsossi Voule, relator especial da ONU sobre a liberdade de reunião e de associação.



Imagem: Beatriz Evangelista



Mujeres brasileñas y la conquista de espacios políticos

Por Andrea Romani¹⁹

Art. 3º Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher.

[Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021](#)

La trayectoria de las mujeres brasileñas en la conquista de espacios políticos no es lineal ni aislada. Es un recorrido por la historia con periodos más favorables y otros más adversos, pero siempre con un intenso protagonismo de las mujeres en su diversidad. Un camino atravesado por luchas que incluyen la reivindicación del derecho al voto, pero que van más allá. Una lucha por el derecho de las mujeres a la ciudadanía plena, en defensa de la democracia, del Estado laico, contra el racismo estructural y en defensa de una sociedad más sana y justa. Una lucha que influencia y es influenciada por lo que sucede en otros países de la región.

En este año 2022 celebramos, en Brasil, los 90 años del voto femenino, conquistado en 1932 tras la lucha de muchas sufragistas como Bertha Lutz, una gran activista con influencia nacional e internacional. Dicen que el voto no es suficiente, y es cierto, pero sin embargo significó un logro muy importante hacia la ciudadanía plena de las mujeres. Como recuerda Branca Moreira Alves²⁰ antes del Decreto N° 21.076/1932, que garantizó el derecho al voto a las mujeres, lo que se consolidó en la Constitución de 1934, la primera alcaldesa de toda Sudamérica, Alzira Soriano, ya había sido elegida en un municipio brasileño del estado de Rio Grande do Norte, en 1929.

Con el derecho al voto y la posibilidad de postularse como candidatas, las mujeres comenzaron, aunque muy lentamente y de manera desproporcionada, a ocupar espacios formales de poder. Sin embargo, los obstáculos enfrentados fueron y siguen siendo de numerosas órdenes, tanto la violencia institucionalizada dentro de los propios partidos políticos que no apoyan a las candidatas y crean entornos hostiles para ellas, como otras barreras vinculadas a las múltiples dimensiones de un sistema patriarcal que perpetúa estereotipos vinculados a la masculinidad y la feminidad, con la subordinación de la mujer y su vinculación al espacio del hogar y la familia. El tema de la moral es señalado por Lucia Xavier²¹ como un punto central en este conjunto de desafíos.

"Las mujeres suelen ser muy cuidadosas con su moral, su nombre y su integridad y se meten muy poco en el juego político, que es un juego muy complejo y, por eso, muchas mujeres con un alto nivel de posibilidades de trabajar en los parlamentos dejan esa posibilidad para un segundo plano".

¹⁹ Andrea Romani es Coordinadora de Programas en CEPIA e integra la Coordinación Regional de Women's Learning Partnership.

²⁰ Branca Moreira Alves historiadora y abogada ha sido representante de UNIFEM en Brasil. Extracto de su participación en el [Podcast de CEPIA Mulheres e Política: a conquista de espaços de poder](#).

²¹ Lucia Xavier es la Coordinadora General de la ONG CRIOLA. Extractos tomados de su participación en la reunión en línea del 13 de junio de la iniciativa de CEPIA y WLP Diálogos latinoamericanos por la democracia y los derechos humanos de las mujeres.

Las barreras y obstáculos a la presencia de las mujeres en los espacios de poder, incluidos los partidos políticos, no se plantean de la misma manera para todas las mujeres que no deben de ser abordadas como un grupo homogéneo. Marcadores de raza/color, etnia, género e identidad de clase cruzan y exacerbaban las múltiples violencias políticas contra las mujeres en Brasil. Como comenta Lúcia Xavier:

“En este proceso violento de luchas de poder, el racismo y la LGBTfobia van de la mano y, en ese sentido, estas dos estructuras o una sola estructura diseñada con varias perspectivas ha producido para las mujeres negras, trans y también para las mujeres cis un completo malestar en el proceso de aprendizaje, fortalecimiento y consolidación de sus carreras políticas”.

En 1979 Eunice Michelis se convierte en la primera mujer en ocupar el Senado. Sólo 15 años más tarde alcanza el mismo cargo la primera mujer negra, Benedita da Silva²². Benedita, a partir de su propia experiencia, comentó que

“cualquier mujer con mi perfil se va a asustar de participar en ese ambiente: masculino, blanco y de clase social media alta. Yo fui una intrusa en ese momento. Pero llegué con la fuerza de las mujeres y de los negros y negras y esa fuerza la mantenemos nosotras.”

En términos de logros, un hecho muy importante fue el período de la Asamblea Constituyente de 1987/88 donde las mujeres, a pesar de ser solo 25 de los 559 congresistas constituyentes, lograron avanzar en una agenda feminista. Una de las principales estrategias fue la creación de una bancada de mujeres entre las constituyentes que, a pesar de los diferentes partidos políticos que representaban,

se unieron para celebrar un pacto de no agresión y acordaron que no harían intervenciones desde la tribuna que fueran contrarias a las propuestas presentadas por las mujeres, en la perspectiva de avanzar en una agenda común.

Este movimiento coordinado por el Consejo Nacional por los Derechos de la Mujer (CNDM), con la participación de consejos estaduais de derechos de las mujeres, asociaciones de trabajadoras domésticas, mujeres rurales y diversos movimientos feministas se conoció como el [Lobby do Batom \(Lobby del Lápiz Labial\)](#). La actuación de las parlamentarias y su articulación con los movimientos sociales y el CNDM resultó en la aprobación, en la Constitución, de más del 80% de las demandas de las mujeres brasileñas. [La Constitución Federal de 1988](#), llamada constitución ciudadana, establece un nuevo nivel de igualdad entre hombres y mujeres.

Otro hecho muy importante fue la elección, en 2014, de la primera mujer presidenta, Dilma Rousseff. La presencia de una mujer ocupando el cargo más alto del país fue significativa no solo desde el punto de vista institucional, sino también desde el imaginario social, permitiendo que otras mujeres y niñas también aspiren a este cargo.

Aunque las organizaciones de mujeres se constituyen en un movimiento social muy expresivo y con una enorme capacidad de movilización, esta fuerza no se refleja en los espacios formales de poder. La evidencia de eso es que Brasil está muy atrás de muchos otros países de la región y del mundo en lo que respecta a la representación política de las mujeres en el parlamento.

22 Benedita da Silva es la única diputada constituyente negra, en 1986 la primera senadora negra de Brasil y diputada federal, con destacada actuación en cuestiones de género y raza en el parlamento. Extracto de su participación en el [Podcast de CEPIA Avanços - mujeres y política: conquistando espacios en el poder](#).



Imagem: Beatriz Evangelista

Las mujeres no solo son la mayoría de la población, son también la mayoría del electorado, pero representan solo el 15% de los parlamentarios. Y esta representación es todavía mucho menor con un corte de color/raza/etnia: menos del 3% de las mujeres negras ocupan estos espacios y apenas en las elecciones de 2018 se eligió la primera diputada federal indígena, Joënia Wapichana. Como destaca Joci Aguiar²³ :

“Además de la subrepresentación mujeres como Joenia enfrentan prejuicio y violencia política en el propio parlamento cuando se es excluida de comisiones que discuten agendas de desarrollo indígena y ambiental. Las defensores ambientales enfrentan el miedo y las amenazas para llegar al espacio político y defender sus territorios”.

A pesar de esa enorme subrepresentación, se han logrado algunos avances para crear mejores condiciones legales para las mujeres. Brasil tiene cuotas electorales desde 1997 ([Ley 9504 - que establece las reglas para las elecciones](#)) que determinan que al menos el 30% de los candidatos de un sexo y el 70% de otro. Pero lo que es evidente es que, aún con las cuotas, los partidos políticos ejercen violencia política de género dificultando que las candidatas tengan la posibilidad de ser elegidas, discriminándolas en cuanto al acceso a tiempo de propaganda política y recursos de campaña. Es decir, cumplen con la ley de cuotas, pero con candidaturas sin posibilidad de ser elegidas.

Con este entendimiento, en 2018, CEPIA, junto con la Facultad de Derecho de la Fundação Getúlio Vargas, actuó como [amicus curiae ante el Supremo Tribunal Federal \(STF\) en el ADI 5617](#), donde el STF determinó que al menos el 30% del fondo electoral del partido debe destinarse a campañas de candidatas mujeres. Este logro tuvo impactos muy positivos en las elecciones de 2018, donde por primera vez se alcanzó el nivel del 30% de candidatas.

23 Joci Aguiar integra el Grupo de Trabajo Amazonico, el Grupo Genero y Clima del Observatorio de Clima y participa de la iniciativa de CEPIA y WLP Diálogos latinoamericanos por la democracia y los derechos humanos de las mujeres.



Imagem: Beatriz Evangelista

Sin embargo, la presencia de mujeres en el poder es aún percibida por muchos hombres como una amenaza. Y esta percepción conduce a la violencia política. Como comentó Simony dos Anjos²⁴:

"siempre me gusta invertir la perspectiva. Si nos atacan es porque progresamos. Estamos llenando estos espacios. (...) El gran desafío es el riesgo calculado de ocupar estos espacios. Calcular la exposición de nuestras figuras públicas".

En ese sentido, los derechos y avances alcanzados están en constante ataque, lo que exige que las mujeres estén en alerta, buscando mecanismos de resistencia y denuncia. Al mismo tiempo es necesario avanzar en estrategias de empoderamiento político a través de la formación, sensibilización mediática y construcción de puentes con socios potenciales como instituciones educativas, organizaciones de la sociedad civil en defensa de la democracia y los derechos humanos.

Las mujeres en posiciones políticas estratégicas amenazan. Y cuando son las mujeres negras las que cuestionan los estándares patriarcales y transgreden los dictados de una moral conservadora, la amenaza de que ejerzan el poder se multiplica y los ataques pueden volverse letales. Un ejemplo emblemático fue el asesinato de Marielle Franco, entonces concejala en Río de Janeiro, asesinada hace 4 años, en el ejercicio de su mandato, crimen que aún permanece sin aclarar. Marielle es hoy símbolo de un gran liderazgo abatido por la violencia política.

Las parlamentarias continúan siendo víctimas de violencia de género, ya sea de manera sutil, a través de la constante interrupción de sus discursos por parlamentarios varones o comentarios prejuiciosos, o a través de ataques a través de las redes sociales, dirigidos con especial virulencia a quienes, por ser negras, o indígenas, o LGBTQ+ son percibidas por sectores de la población como sin derecho a ocupar espacios de poder. Como comenta Joci Aguiar:

"La violencia contra las mujeres está aumentando en todos los espacios. La creciente ocurrencia de ataques a mujeres parlamentarias es asombrosa y esa violencia política ha desalentado a las mujeres a participar en política. El miedo se ha apoderado de la gente (...), sin embargo, en este momento tenemos que transformar el miedo en lucha y coraje y transformar Brasil."

En este contexto de violencia, en 2021 se dio un paso importante en la represión de esta violencia con la promulgación de la [Ley N° 14.192, del 4 de agosto de 2021](#), que establece normas para prevenir, reprimir y combatir la violencia política contra las mujeres.

24 Simony dos Anjos es evangélica, cientista social y en 2019 fue candidata a la alcaldía de Osasco, única mujer y negra a pleitear a ese cargo. Extracto de su participación en el [Podcast de CEPIA Violência Política contra Mulheres](#).

La elección que tendremos en octubre de este año (2022) - federal y estatal- será la primera elección con este nuevo marco legal que, además de una mayor protección jurídica, puede constituir un importante instrumento para dar mayor visibilidad a esta violencia que acompaña a la historia política de Brasil, y que, por ser, en muchos casos, naturalizada, no recibe la debida atención. Hoy, codificada en una ley, no se puede negar su existencia.

Como consideraciones finales, es importante resaltar que la violencia política contra las mujeres es un reflejo de las múltiples violencias de la estructura patriarcal y racista que nos sitúa en una posición de inferioridad y subalternidad y nos aleja de los espacios de poder. En este sentido, la lucha contra esta violencia pasa por asegurar la igualdad con los hombres en el ámbito político partidario, pero también en otros campos como el mercado de trabajo, la división del trabajo en el espacio del hogar, la autonomía de nuestros cuerpos. Las leyes electorales, las cuotas, los recursos de los partidos son avances muy significativos, pero los cambios deben ser más profundos en el imaginario social, no solo de los hombres, sino también de las niñas y mujeres, para lograr la paridad efectiva. En este sentido, es necesario romper las barreras culturales para que las niñas y mujeres no tengan aversión al poder ni a la política y se den cuenta de que ese también es su lugar.

“Cuando la participación política de alguien pone en riesgo su vida es porque están matando la democracia”.

Clément Nyaletsossi Voule, Relator Especial de la ONU sobre libertad de reunión y asociación

Chile

Sexismo e violência na política, obstáculos à democracia

Por Claudia Yachan Duran²⁵

"Quero informar e tornar visível que eu fui novamente vítima de ameaças de morte", foram as palavras da ativista ambiental e integrante da comissão constituinte Manuela Arroyo em uma comitiva de imprensa em plena Convenção Constitucional há cerca de dois meses, na qual ela relatou que havia entrado com uma acusação criminal por assédio.

Como ela destacou na ocasião, o homem que a assediou através das redes sociais já respondia a um processo por ameaças perpetradas contra outra mulher com perfil público, a ministra do Interior do Chile, Izkia Siches.

"A violência sexual e política contra nós é inaceitável e tomaremos todas as medidas necessárias e possíveis para sancionar e processar esse tipo de conduta. Todas as pessoas têm o direito de viver uma vida livre de violência", declarou Arroyo.

De fato, a histórica composição da Convenção Constitucional do Chile com paridade (a única no mundo) - juntamente com a instalação de uma poderosa agenda feminista articulada por organizações de mulheres e da sociedade civil - permitiu tornar mais visível a real perseguição sofrida por mulheres que ocupam espaços de poder político e/ou ativismo ou que são candidatas a essas posições.

É provável que essa expressiva presença de mulheres nesse espaço de deliberação tenha sido determinante para que um dos temas mais comentados e acordados pelo plenário fosse a norma sobre o "direito a uma vida livre de violência de gênero".

A discussão da norma foi acompanhada de forma permanente por manifestações feministas em frente à sede da Convenção, com um memorial às mulheres vítimas de feminicídio e violência de gênero.

Com efeito, a norma foi aprovada em seus dois parágrafos por 127 e 120 votos a favor, respectivamente, de um total de 154, sendo hoje parte do documento final resultante da Convenção. Esta estabelece que:

"Todas as mulheres, meninas, adolescentes e pessoas de diversidade e dissidência sexual e de gênero têm direito a uma vida livre de violência de gênero em todas as suas manifestações, tanto na esfera pública quanto na privada, seja de origem individual, institucional ou de agentes do Estado".

Da mesma forma, indica que:

"O Estado deve adotar as medidas necessárias para erradicar todos os tipos de violência de gênero e os padrões socioculturais que a tornam possível, atuando com a devida diligência para preveni-la, investigá-la e puni-la, bem como oferecer atenção, proteção e reparação integral às vítimas, especialmente considerando as situações de vulnerabilidade em que se encontram".

No entanto, a violência política contra as mulheres é um problema que não tem recebido a devida atenção, sendo que pode se manifestar de diversas formas e cuja estatística ainda é escassa. Sabemos que muitas mulheres sofrem no espaço público, nos meios de comunicação e, principalmente, nas redes sociais, que estão sendo utilizadas de forma crescente e preocupante para difundir mensagens de intolerância e ódio.



Imagem: Pablo Sanhueza_ComunidadMujer

Cabe destacar que, em 2020, o percentual de mulheres parlamentares atingiu seu máximo histórico no mundo, mas sabemos que estamos longe da paridade. No Chile, segundo análise do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com base em dados do Serviço Eleitoral ([Serval](#)), o número de mulheres eleitas na Câmara dos Deputados passou de 14% em 2019 para 36% em 2021 e no Senado de 15% para 22%, no mesmo período. A região com maior número de mulheres parlamentares no mundo são as Américas, com média de 32%.

Reconhecer e agir contra a violência política é, portanto, essencial para erradicar um problema que cresceu junto com o incremento da presença das mulheres nas esferas decisórias. A [Declaração sobre Violência e Assédio Político à Mulher](#), aprovada na VI Conferência dos Estados que fizeram parte da Convenção de Belém do Pará em Lima (2015), indica, justamente, que a maior participação política das mulheres tem intensificado a violência contra elas.

Mas os problemas estão longe de terminar. Em 2021, o PNUD apresentou o estudo [O Labirinto do poder. Trajetórias das legisladoras chilenas](#), que oferece uma interessante caracterização das mulheres eleitas para cargos legislativos no período 2006-2018. Também mostra que, apesar do progresso, as mulheres devem enfrentar múltiplas barreiras em diferentes momentos de suas carreiras políticas. O estudo revela ainda que são os partidos políticos que determinam as oportunidades de acesso ao Congresso.

Eles são os chamados “porteiros do poder” e, embora as mulheres tenham cada vez mais acesso a cargos gerenciais, elas estão menos presentes em cargos estratégicos que impactam a seleção de candidaturas. Além disso, persistem práticas que dificultam o acesso das mulheres a esses espaços, como organizar atividades políticas em momentos que dificultam a conciliação com práticas de cuidado; a ausência de mulheres nas mesas de negociação de candidaturas; e a existência de estereótipos que favorecem a liderança masculina. Da mesma forma, conclui, afirmando que as campanhas eleitorais são uma das etapas mais complexas por sua natureza sexista e hostil, e pela persistência de uma lacuna significativa de financiamento em detrimento das mulheres.

Na América Latina, segundo dados da [CEPAL](#), as mulheres ocupam 29% dos cargos ministeriais; 32% das nomeações nos tribunais superiores de justiça; 16% dos cargos no executivo municipal (prefeitas); e 30% das assembleias legislativas (vereadoras). Essa baixa representatividade é, portanto, reflexo das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política, o que inclui, é claro, a violência exercida contra elas na vida pública ([OEA](#)).

Desde a aprovação da Convenção de Belém do Pará em 1994, o primeiro tratado internacional que estabeleceu explicitamente o direito das mulheres a uma vida livre de violência, a América Latina tem sido referência na elaboração de marcos legais voltados para a erradicação desse tipo de violência. Entre alguns dos marcos mais importantes que se seguiram estão a [Declaração sobre Violência e Assédio Político contra a Mulher \(OEA/CIM, 2015\)](#) e a [Lei Modelo Interamericana sobre Violência Política contra a Mulher \(OEA/CIM, 2017\)](#).

A Bolívia é o único país do mundo que possui uma regulamentação contra a violência política de gênero. Argentina, Equador, México, Panamá, Paraguai e Uruguai reconhecem legalmente a violência política de gênero, e o Instituto Eleitoral Mexicano é a única autoridade que publicou diretrizes formais contra a violência política ([ComunidadMujer, Meta, 2022](#)).

Mas o sexismo, o assédio e a violência contra as mulheres parlamentares são problemas presentes em todo o mundo, que dificultam a igualdade de gênero e minam os fundamentos da democracia, segundo estudo realizado pela União Interparlamentar ([IPU, 2016](#)) em cinco regiões, incluindo a América. O estudo apontou que 82% das parlamentares sofreram violência psicológica; 67% foram submetidas a insultos; 44% sofreram ameaças de morte, estupros, espancamentos ou sequestros; 20% foram vítimas de assédio sexual; e outras 20% sofreram violência em seus gabinetes.

A violência política silencia as mulheres e limita suas possibilidades de contribuir nos espaços de poder e decisão, prejudicando a qualidade de nossas democracias. É fundamental, portanto, reconhecer e rejeitar esta realidade, que os Estados sejam garantidores de uma vida livre de violência, e que a sociedade, como um todo, deixe de naturalizar que uma pessoa seja objeto de ameaças - muitas vezes fomentadas pelos próprios líderes políticos - apenas por ser mulher ou por ter uma opinião ou posição diferente.

Com o uso crescente da internet, a violência moveu-se perigosamente para o mundo digital.



Imagem: Pablo Sanhueza_ComunidadMujer

É por isso que, como organização, há alguns meses atrás contribuímos com "um grão de areia" para esta causa ao preparar, em conjunto com a empresa internacional de tecnologia social Meta, o guia de segurança digital: [Enfrentando a violência política contra as mulheres](#).

Trata-se de um documento com conselhos e informações úteis para prevenir e denunciar atos de violência política de gênero nas redes sociais e promover a participação segura e aberta das mulheres nesta área. O guia busca promover boas práticas de comunicação digital por meio de ferramentas para limitar ou eliminar conteúdos nocivos no Facebook, Instagram, Messenger e WhatsApp - os aplicativos Meta - , conectando-se com cidadãos e cidadãs de forma segura.

A divulgação deste guia ou de outros similares pode ajudar a prevenir e/ou conter algumas das violências que ocorrem nos espaços digitais, como complemento às denúncias ou ações que podem ser levadas às autoridades correspondentes em cada país.

Da mesma forma, e conforme recomendado pela IPU, é fundamental que os políticos condenem tanto o sexismo quanto o assédio e declarem, sem ambivalência, que a violência não pode ser tolerada como preço a pagar pela participação política das mulheres. Nas palavras do secretário-geral deste órgão, Martin Chungong:

“os parlamentos devem começar por colocar a própria casa em ordem se quiserem dar o exemplo e acabar com a discriminação e a violência sofridas pelas mulheres em todas as áreas da vida. A eficácia dos parlamentos, o progresso em direção à igualdade entre homens e mulheres e a vitalidade da própria democracia dependem disso”.

Por fim, há o papel fundamental da mídia. Falar sobre essas questões e se manifestar não apenas ajuda a empoderar as mulheres a se manifestarem, mas também ajuda outras pessoas a se envolverem com as mulheres para combater o problema. Mulheres e meninas têm todo o direito de estar livres da violência participando abertamente da política; esse direito é urgente e fundamental para assegurar nossas democracias e nosso convívio social.



Sexismo y violencia en política, obstáculos para la democracia

Por Claudia Yachan Durán²⁶

“Queremos informar y visibilizar que nuevamente he sido víctima de amenazas de muerte”, fueron las palabras de la convencional y activista medioambiental Manuela Arroyo en un punto de prensa en plena Convención Constitucional hace aproximadamente dos meses, en el cual informó que había ingresado una querrela criminal por hostigamiento.

Según señaló en aquella ocasión, el hombre que la acosaba a través de redes sociales ya contaba con una causa vigente por amenazas en contra de otra mujer de perfil público, la ministra del Interior de Chile, Izkia Siches.

“La violencia sexual y política hacia nosotras es inconcebible y tomaremos todas las medidas necesarias y posibles para sancionar y perseguir este tipo de conductas. Todas las personas tenemos el derecho de vivir una vida libre de violencia”, declaró Arroyo.

Efectivamente, la histórica conformación paritaria de la Convención Constitucional chilena (única en el mundo) - junto con la instalación de una potente agenda feminista articulada por organizaciones de mujeres y de la sociedad civil- permitió visibilizar con mayor claridad la real persecución de la que suelen ser víctimas las mujeres que ocupan espacios de poder político y/o activismo o son candidatas a ellos.

Es probable que, justamente, esa excepcional presencia de mujeres en este espacio de deliberación haya determinado que uno de los temas más comentados y consensuados por el pleno fuera la norma sobre el “derecho a una vida libre de violencia de género”. La discusión de la norma estuvo acompañada permanentemente por manifestaciones feministas en el frontis de la sede de la Convención, con un memorial para mujeres víctimas de femicidio y de violencia de género.

En efecto, la norma obtuvo fue aprobado en sus dos incisos por 127 y 120 votos a favor, respectivamente, de 154 en total. y hoy es parte del documento final emanado de la Convención. Este establece que:

“Todas las mujeres, las niñas, las adolescentes y las personas de las diversidades y disidencias sexuales y de género tienen derecho a una vida libre de violencia de género en todas sus manifestaciones, tanto en el ámbito público como en el privado, sea que provenga de particulares, instituciones o agentes del Estado”.

Asimismo, indica que:

“El Estado deberá adoptar las medidas necesarias para erradicar todo tipo de violencia de género y los patrones socioculturales que la posibilitan, actuando con la debida diligencia para prevenirla, investigarla y sancionarla, así como brindar atención, protección y reparación integral a las víctimas, considerando especialmente las situaciones de vulnerabilidad en que puedan hallarse”.



Imagen: Pablo Sanhueza_ComunidadMujer

Con todo, la violencia política contra las mujeres es un problema que no ha tenido suficiente visibilidad, que puede tener muchas formas y cuya información estadística aún es escasa. Sabemos que muchas la sufren en el espacio público, en los medios de comunicación y, particularmente, en las redes sociales, las que están siendo usadas de manera creciente y preocupante para difundir mensajes de intolerancia y odio.

Cabe destacar que en 2020 el porcentaje de mujeres parlamentarias alcanzó su máximo histórico en el mundo, pese a estar lejos de la paridad. En Chile, según análisis del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) en base a datos del Servicio Electoral ([Servel](#)), el número de mujeres electas en la Cámara Baja pasó de un 14% en 2019 a 36% en 2021 y en el Senado del 15% al 22% en el mismo periodo. La región con mayor número de mujeres parlamentarias en el mundo es América, con un promedio de 32%.

Reconocer y actuar contra la violencia política es, por tanto, urgente y esencial para erradicar un problema que ha crecido a la par con el aumento de las mujeres en los ámbitos de decisión. [La Declaración sobre la Violencia y el Acoso Político a las Mujeres](#), aprobado en la VI Conferencia de los Estados que formaron parte de la Convención de Belém do Pará en Lima (2015), ratifica que la mayor participación política de las mujeres ha intensificado la violencia contra ellas.

Pero los problemas están lejos de terminar ahí. En 2021, el mismo PNUD presentó el estudio [El Laberinto del Poder. Trayectorias de legisladoras chilenas](#), que entrega una interesante caracterización de las mujeres que han sido electas para cargos legislativos en el período 2006-2018. Da cuenta, además de que, a pesar de los avances, las mujeres deben enfrentar múltiples barreras en diferentes momentos de sus trayectorias políticas.

El estudio revela que son los partidos políticos los que determinan las oportunidades para acceder al Congreso. Son los llamados “porteros del poder” y, si bien las mujeres acceden cada vez más a cargos directivos, están menos presentes en cargos estratégicos que inciden en la selección de candidaturas. Además, persisten prácticas que obstaculizan el acceso de las mujeres a estos espacios, como la organización de actividades políticas en horarios que dificultan la conciliación con las labores de cuidado; la ausencia de mujeres en las mesas negociadoras de candidaturas; y la existencia de estereotipos que favorecen liderazgos masculinos. Asimismo, concluye, las campañas electorales son una de las etapas más complejas por su carácter sexista y hostil, y por la persistencia de una brecha de financiamiento significativa en desmedro de las mujeres.

En América Latina, según datos de [CEPAL](#), las mujeres ocupan el 29% de los puestos ministeriales; el 32% de los nombramientos en los tribunales superiores de justicia; el 16% de las funciones de liderazgo en los municipios; y el 30% de los puestos como miembros del consejo o concejales. Esta baja representación es, por tanto, reflejo de las dificultades que enfrentan las mujeres en la política, lo que incluye, por cierto, la violencia que se ejerce contra ellas en la vida pública ([OEA](#)).

Desde la aprobación de la Convención de Belém do Pará en 1994, primer tratado internacional que estableció explícitamente el derecho de las mujeres a una vida libre de violencia, América Latina ha sido referente en el diseño de marcos jurídicos destinados a erradicar este tipo de violencia.

Entre algunos de los hitos más importantes que ocurrieron a continuación, se encuentra la [Declaración Sobre la Violencia y el Acoso Político Contra las Mujeres \(OEA\) / CIM, 2015](#) y la [Ley Modelo Interamericana sobre Violencia Política Contra las Mujeres \(OEA / CIM, 2017\)](#).

Bolivia es el único país del mundo que tiene un reglamento contra la violencia política de género. Argentina, Ecuador, México, Panamá, Paraguay y Uruguay reconocen legalmente la violencia política de género, y el Instituto Electoral de México es la única autoridad que ha publicado directrices formales contra la violencia política ([ComunidadMujer, Meta, 2022](#)).

Pero el sexismo, el acoso y la violencia contra mujeres parlamentarias son problemas presentes en todo el mundo, que obstaculizan la igualdad de género y socavan los fundamentos de la democracia, según un estudio desarrollado por la Unión Interparlamentaria ([UIP, 2016](#)) en cinco regiones, incluyendo América. Este determinó que el 82% de las parlamentarias había experimentado violencia psicológica; el 67% fue objeto de insultos; el 44% fue objeto de amenazas de muerte, violaciones, palizas o secuestros; el 20% fueron víctimas de acoso sexual; y otro 20% sufrieron violencia en sus oficinas.

La violencia política silencia a las mujeres y coarta sus posibilidades de aportar en los espacios de poder y toma de decisiones, dañando la calidad de nuestras democracias. Es fundamental, por ello, reconocer y rechazar esta realidad, que los Estados sean garantes de una vida libre de violencias, y que la sociedad, en su conjunto, deje de naturalizar que una persona sea objeto de amenazas - muchas veces fomentadas desde los propios líderes políticos - solo por ser mujer o por tener una opinión o una postura distinta.

Con el uso creciente de Internet, la violencia se ha trasladado peligrosamente al mundo digital. Es por ello que, como organización, aportamos hace unos meses “un grano de arena” a esta causa elaborando, junto con la compañía internacional de tecnologías sociales Meta, la guía de seguridad digital: [Enfrentando la violencia política contra las mujeres](#).

Se trata de un documento con consejos e información útil para prevenir y reportar actos de violencia política de género en redes sociales y fomentar la participación segura y abierta de mujeres en este ámbito. La guía busca promover buenas prácticas de comunicación digital a través de herramientas para limitar o eliminar contenido nocivo en Facebook, Instagram, Messenger y WhatsApp - las aplicaciones de Meta-, conectando con la ciudadanía de manera segura.

Difundir esta guía u otras similares puede ayudar a prevenir y/o contener algunas de las violencias que se producen en los espacios digitales, como complemento de las denuncias o acciones que pueden ser llevadas ante las autoridades correspondientes en cada país.

Asimismo, y tal como recomienda la UIP, es clave que las y los políticos condenen tanto el sexismo como el acoso y manifiesten, sin ambivalencias, que la violencia no puede tolerarse como el precio a pagar por la participación política de las mujeres. En palabras del secretario general de este organismo, Martin Chungong,

“los parlamentos deben empezar poniendo orden en su propia casa si quieren dar ejemplo y acabar con la discriminación y la violencia que sufren las mujeres en todos los ámbitos de la vida. La eficacia de los parlamentos, el avance hacia la igualdad entre hombres y mujeres y la vitalidad de la propia democracia dependen de que así se haga”.

Por último, está el rol fundamental de los medios de comunicación. Alzar la voz respecto de estos temas y denunciarlos, no sólo ayuda a empoderar a las mujeres a alzar su voz, también ayuda a otras personas a comprometerse con las mujeres para combatir el problema. Mujeres y niñas tienen todo el derecho a estar libres de violencia al participar abiertamente en la política; nuestras democracias y convivencia social así lo reclaman con urgencia.

México

Avanços normativos, violência política e necessidade de mudanças culturais

Por Andrea Romani com contribuições de Suzana González Nuñez²⁷

No México o direito ao sufrágio foi outorgado às mulheres com a reforma constitucional de 1953, mas de fato o voto feminino ocorreu, pela primeira vez, em 1955. Apesar de simbolizar uma importante conquista e um avanço democrático, com o passar dos anos os inúmeros obstáculos enfrentados pelas mulheres no processo de ocupação desses espaços de poder, evidenciou o fato de que a igualdade formal não era suficiente para assegurar oportunidades iguais entre homens e mulheres na política mexicana.

A igualdade na vida política, assim como em outras dimensões da vida das mulheres, depende, para além do arcabouço legal de mudanças culturais e sociais que questionam as estruturas de poder, as desigualdades de gênero e as inúmeras violências que são submetidas às mulheres, incluindo a violência política. Os movimentos de mulheres mexicanas têm sido fundamentais na ampliação, mesmo que ainda de forma tímida, da presença das mulheres na vida política e na defesa dos direitos das mulheres.

Mesmo que as garantias legais não sejam suficientes, elas se constituem em passo importante. O México vem passando por processos de formulação e reformulação de legislações que buscam criar melhores condições para a participação de mulheres na vida política, incluindo o enfrentamento à violência política contra mulheres. Os avanços incluem modificações no [Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais \(COFIPE\)](#) que incitam partidos a ampliarem participação das mulheres na vida política; a adoção de lei de cotas, o que ocorreu pela primeira vez em 1994, no estado de Chihuahua; a Lei Geral para a Igualdade entre Homens e Mulheres, 2006; e a reforma paritária político-eleitoral em 2014 que eleva ao âmbito constitucional a paridade entre mulheres e homens nas candidaturas a Câmara de Deputados, Senado e Congressos estaduais.

Também em 2014 foi instituído o [Observatorio de Participación Política de las Mujeres en México](#), com o propósito de promover a participação das mulheres em processos de tomada de decisão no âmbito político. Ainda outra medida importante foi a ação afirmativa, na perspectiva de ampliar a participação de povos indígenas no processo político. Em 2019 se institui uma reforma estabelecendo que o governo em todos os níveis deveria ser paritário com o lema “Paridad en Todo” e, em 2020, é publicado no Diário Oficial da Federação Decreto que traz disposições sobre a violência política contra as mulheres, incluindo sua definição.

“La violencia política contra las mujeres en razón de género: es toda acción u omisión, incluida la tolerancia, basada en elementos de género y ejercida dentro de la esfera pública o privada, que tenga por objeto o resultado limitar, anular o menoscabar el ejercicio efectivo de los derechos políticos y electorales de una o varias mujeres, el acceso al pleno ejercicio de las atribuciones inherentes a su cargo, labor o actividad, el libre desarrollo de la función pública, la toma de decisiones, la libertad de organización, así como el acceso y ejercicio a las prerrogativas, tratándose de precandidaturas, candidaturas, funciones o cargos públicos del mismo tipo”.

[Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia, artículo 20 bis](#)

Ainda nesse esforço de criar condições mais propícias a candidaturas femininas e conferir maior transparência ao processo o Instituto Nacional Eleitoral (INE), em 2020, instituiu uma diretriz que ficou popularmente conhecida como #3de3VsViolencia.

²⁷ Andrea Romani é Coordenadora de Programas na CEPIA e Coordenadora Regional da WLP.

Suzana González Nuñez é mestranda em Gênero, Direito e Processo Penal, integrante da Rede Global Men Engage e seu capítulo no México “Cómplices por la Igualdad”, Coordenadora de Posicionamiento Público na organização mexicana GENDES, A. C.

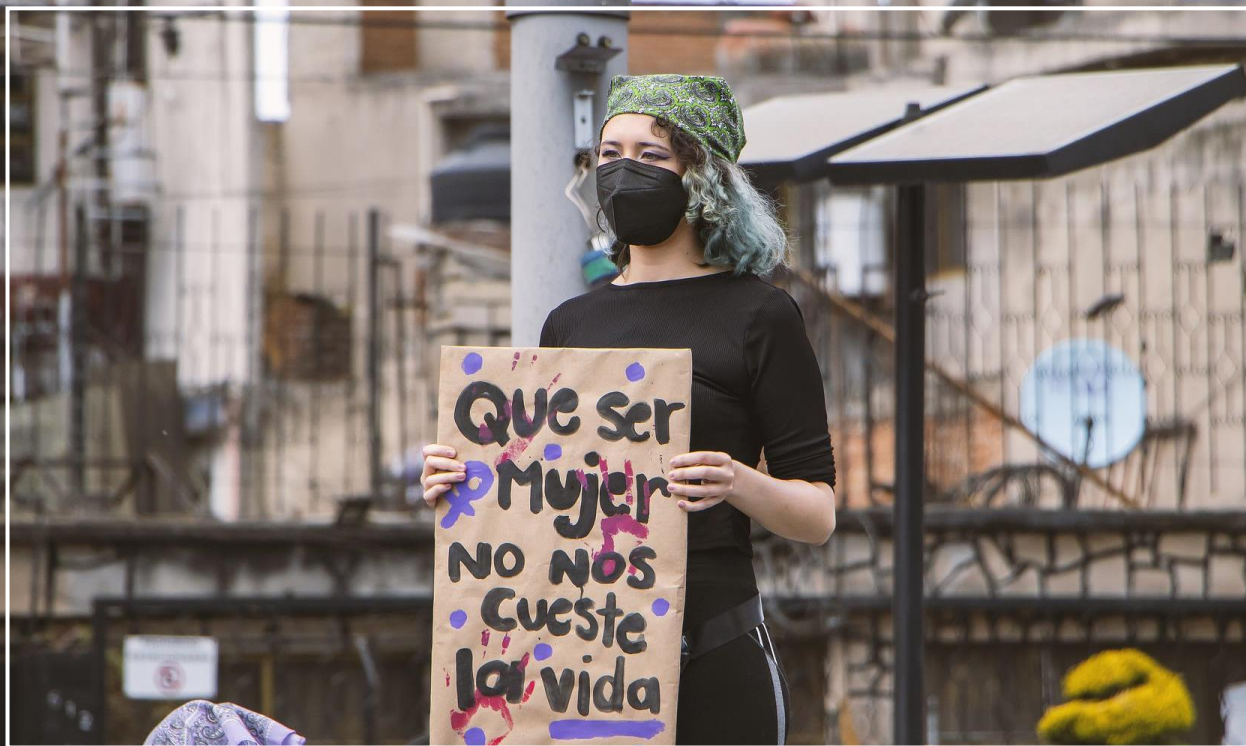


Imagem: Mike Ramírez Mx por Pixabay

Trata-se de uma declaração obrigatória de todas as pessoas que desejam se candidatar que atestam de boa fé não terem nenhuma condenação ou sanção referente a violência familiar e/ou doméstica; acusação de agressão de gênero no âmbito público e privado; violência sexual contra a liberdade sexual ou intimidade corporal e nem serem devedores de pensões alimentícias.

Se por um lado se observam progressos normativos importantes com resultados concretos na ampliação da presença das mulheres, por outro, se constata um ambiente de intensa violência política, incluindo aquelas perpetradas contra mulheres. O processo eleitoral de 2021 foi marcado por uma intensificação da violência. Segundo o [Quinto Informe de Violência Política no México \(Etellect, 2021\)](#), 89 políticos foram assassinados e foram registrados 782 casos de agressão contra políticos, sendo 35% destes contra mulheres.

Quanto às reformas legais e procedimentais, algumas ainda não se aplicam de forma efetiva. O [INE obteve sucesso em impugnar três candidaturas a deputados federais nas eleições de 2021 por declarações falsas referentes a 3de3VsViolencia](#). Apesar de uma vitória, representa uma porcentagem muito pequena no universo de candidaturas que descumprem essas exigências. Como comentou Susana González Nuñez²⁸, trata-se de um ato de boa fé apenas.

28 Trechos da participação de Susana na reunião online do dia 13 de junho da iniciativa da CEPIA e da WLP Diálogos latinoamericanos pela democracia e pelos direitos humanos das mulheres.

"O Instituto não tinha como investigar candidatas(as). Nos registros dos partidos políticos as candidatas e os candidatos apenas assinavam a declaração de boa fé dizendo que não tinham nenhum antecedente... E, quando havia alguma denúncia de dívida de pensão alimentícia, de violência sexual e/ou de violências políticas o poder do Instituto se perdia."

Mas, é importante também reconhecer conquistas e pensar em como aprimorá-las. Ocorreu, de fato, um aumento da presença de mulheres em alguns espaços com a instituição da paridade política. Dos 15 estados da federação com processos eleitorais em 2021, por exemplo, 6 deles foram ocupados por mulheres. Anteriormente apenas dois dos estados eram governados por mulheres. Como comenta Susana:

"O recente período eleitoral de 2022 representou um evento histórico para o México, visto que 9 governadoras foram eleitas em todo o país, um avanço significativo, resultado da luta de mulheres, ativistas, feministas, organizações da sociedade civil e legisladores que têm promovido persistentemente avanços em termos da igualdade substantiva."

Em alguns casos os próprios partidos políticos se constituem em grandes inimigos das mulheres, dificultando o exercício desses mandatos. Como comenta Susana:

"Nas eleições de 2021 haviam muitas candidaturas de mulheres possibilitadas a partir da Lei de Paridade de Gênero, de 50% e 50% de representatividade, mas, durante todo esse processo se vivenciaram muitas formas de violência política de gênero. Candidatas foram atacadas, assassinadas, violentadas, assediadas. Todas as violências foram refletidas nesse processo nas candidaturas de mulheres e, uma vez eleitas, as violências permaneceram. Algumas foram pressionadas pelos próprios partidos a passar o mandato a seus suplentes, por exemplo".

Ainda outro ponto destacado por Susana diz respeito ao fato de que nem todas as mulheres eleitas tem uma agenda feminista, o que demanda um processo de sensibilização, tanto do eleitorado em conhecer a proposta política das(os) candidatas(os), quanto das próprias candidatas.

"A paridade de gênero na política partidária é um avanço, mas não suficiente. Mulheres que representam mulheres precisam também de uma sensibilização em temas de gênero. É também necessário que a perspectiva de gênero seja transversal nas políticas. Não podemos depender de uma vontade política ou de um discurso que tente integrar as vozes das mulheres, mas que na ação não sejam efetivas. E, em um processo de co-responsabilidade, os homens também precisam ser sensibilizados e responsabilizados para alcançar mudanças estruturais".

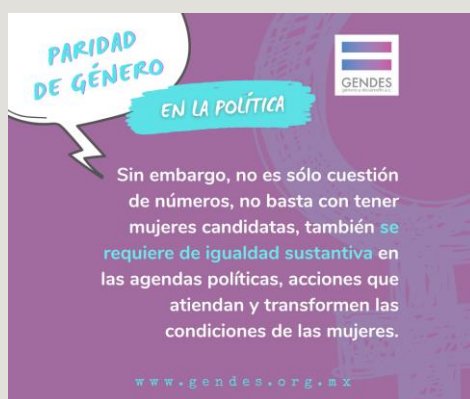




Imagem: Mike Ramírez Mx por Pixabay



Avances normativos, violencia política y necesidad de cambios culturales

Por Andrea Romani con colaboración de Suzana González Nuñez²⁹

En México el derecho al sufragio se otorgó a las mujeres con la reforma constitucional de 1953, pero de hecho el voto femenino se dio por primera vez en 1955. A pesar de simbolizar un logro importante y un avance democrático, a lo largo de los años los innumerables obstáculos que enfrentaron las mujeres en el proceso de ocupación de estos espacios de poder, reforzó el hecho de que la igualdad jurídica no es suficiente para garantizar la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres en la política mexicana.

La igualdad en la vida política, como en otras dimensiones de la vida de las mujeres, depende, además del marco legal de cambios culturales y sociales que cuestionan las estructuras de poder, las desigualdades de género y las innumerables violencias a las que son sometidas las mujeres, incluida la violencia política. Los movimientos de mujeres mexicanas han sido fundamentales para ampliar la presencia de las mujeres en la vida política, aunque todavía de forma tímida, y en la defensa de los derechos de las mujeres.

Si bien las garantías legales no son suficientes, constituyen un paso importante. México ha venido atravesando procesos de formulación y reformulación de leyes que buscan crear mejores condiciones para la participación de las mujeres en la vida política, incluyendo la lucha contra la violencia política contra las mujeres.

Los avances incluyen cambios en el [Código Federal de Procedimientos Institucionales y Electorales \(COFIPE\)](#) que alientan a los partidos a ampliar la participación de las mujeres en la vida política; la aprobación de una ley de cuotas, que tuvo lugar por primera vez en 1994, en el estado de Chihuahua; la Ley General para la Igualdad entre Hombres y Mujeres de 2006 y la reforma paritaria político-electoral de 2014, que eleva al ámbito constitucional la paridad entre mujeres y hombres en las candidaturas a la Cámara de Diputados, Senado y Congresos estatales. También en 2014 se creó el [Observatorio de Participación Política de las Mujeres en México](#) con el objetivo de promover la participación de las mujeres en la toma de decisiones en el ámbito político. Otra medida importante fue la acción afirmativa con miras a ampliar la participación de los pueblos indígenas en el proceso político. En 2019 se instituye una reforma que establece que el gobierno en todos los niveles debe ser igualitario con el lema "Paridad en Todo" y, en 2020, se publica en el Diario Oficial de la Federación un Decreto que trae disposiciones sobre violencia política contra las mujeres, incluyendo su definición.

²⁹ Andrea Romani es Coordinadora de Programas en CEPIA e integra la Coordinación Regional de Women's Learning Partnership.

Suzana González Nuñez maestranda en Género, Derecho y Proceso Penal, integrante de la Red Global Men Engage y su capítulo en México "Cómplices por la Igualdad", es Coordinadora de Posicionamiento Público en GENDES, A. C.

"La violencia política contra las mujeres en razón de género: es toda acción u omisión, incluida la tolerancia, basada en elementos de género y ejercida dentro de la esfera pública o privada, que tenga por objeto o resultado limitar, anular o menoscabar el ejercicio efectivo de los derechos políticos y electorales de una o varias mujeres, el acceso al pleno ejercicio de las atribuciones inherentes a su cargo, labor o actividad, el libre desarrollo de la función pública, la toma de decisiones, la libertad de organización, así como el acceso y ejercicio a las prerrogativas, tratándose de precandidaturas, candidaturas, funciones o cargos públicos del mismo tipo".

[Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia, artículo 20 bis](#)

Aún en este esfuerzo por crear condiciones más favorables para las candidaturas femeninas y dar mayor transparencia al proceso, el Instituto Nacional Electoral (INE), en 2020, instituyó una directriz que se conoció popularmente como #3de3VsViolencia. Es una declaración obligatoria a todas las personas que deseen postular por una candidatura y deben declarar de buena fe no tener condena o sanción en materia de violencia familiar y/o doméstica, ni agresión alguna por razón de género en el ámbito público y privado; ni violencia sexual contra la libertad sexual o la intimidad corporal y no ser deudores de alimentos.

Si, por un lado, se han observado importantes avances normativos con resultados concretos en la ampliación de la presencia de las mujeres, por otro lado, se observa un ambiente de intensa violencia política, incluidas las perpetradas contra las mujeres. El proceso electoral de 2021 estuvo marcado por una intensificación de la violencia. De acuerdo con el [Quinto Informe sobre Violencia Política en México \(Etellect, 2021\)](#), 89 políticos fueron asesinados y se registraron 782 casos de agresión contra políticos, 35% de los cuales fueron contra mujeres.

En cuanto a las reformas legales y procesuales, algunas aún no se aplican de manera efectiva. [INE logró impugnar tres candidaturas a diputados federales en las elecciones de 2021 por declaraciones falsas sobre 3de3VsViolencia](#). A pesar de ser una victoria, representa un porcentaje muy pequeño en el universo de candidaturas que no cumplen con estos requisitos. Como comentó Susana González Nuñez³⁰, es sólo un acto de buena fe.

"El Instituto no tenía manera de investigar a los solicitantes. En los registros de los partidos políticos, los candidatos sólo firmaban la declaración de buena fe diciendo que no tenían antecedentes... Y, cuando había alguna denuncia por deuda alimenticia, violencia sexual y/o violencia política, el poder del Instituto se perdía".

Pero también es importante reconocer los logros y pensar en cómo mejorarlos. De hecho, hubo un aumento de la presencia de mujeres en algunos espacios con la institución de la paridad política. De los 15 estados de la federación con procesos electorales en 2021, por ejemplo, 6 de ellos fueron ocupados por mujeres y como destaca Susana:

"el reciente periodo electoral 2022, representa un hecho histórico para México pues han sido electas 9 gobernadoras en todo el país, un avance significativo, resultado de la lucha de las mujeres, activistas, feministas, organizaciones de la sociedad civil y legisladoras que han impulsado persistentemente avances en materia de igualdad sustantiva."

30 Extractos tomados de la participación de Susana en la reunión en línea del 13 de junio de la iniciativa de CEPIA y WLP Diálogos latinoamericanos por la democracia y los derechos humanos de las mujeres.



Anteriormente, sólo dos de los estados estaban gobernados por mujeres. Pero, en algunos casos, los propios partidos políticos son grandes enemigos de las mujeres, lo que les dificulta el ejercicio de estos mandatos. Como comenta Susana,

"en las elecciones de 2021 hubo muchas candidaturas de mujeres posibilitadas por la Ley de Paridad de Género, con 50% y 50% de representación, pero, a lo largo de este proceso, se vivieron muchas formas de violencia política de género. Las candidatas fueron atacadas, asesinadas, violentadas, acosadas y hostigadas. Toda la violencia se reflejó en este proceso en las candidaturas de las mujeres y una vez electas, la violencia se mantuvo. Algunas fueran presionadas por los propios partidos para entregar el mandato a sus suplentes, por ejemplo".

Otro punto destacado por Susana se refiere al hecho de que no todas las mujeres electas tienen una agenda feminista, lo que requiere un proceso de sensibilización, tanto del electorado en conocer la propuesta política de las candidatas, como de las propias candidatas.

"La paridad de género en la política partidaria es un avance, pero no suficiente. Las mujeres que representan a mujeres también deben ser sensibilizadas sobre cuestiones de género. También es necesario que la perspectiva de género sea transversal en las políticas. No podemos depender de una voluntad política o de un discurso que intente integrar las voces de las mujeres, pero que en la acción no sean efectivos. Y, en un proceso de corresponsabilidad, los hombres también necesitan ser sensibilizados y responsabilizados para lograr cambios estructurales".

PACTO PATRIARCAL Y VIOLENCIA POLÍTICA

La violencia política (por razones de género) constituye toda acción u omisión en cualquier espacio cuyo resultado sea limitar, anular o minimizar los derechos políticos de una o varias mujeres y es una herramienta que, acompañada del pacto patriarcal, garantiza la supremacía de los hombres por encima de las mujeres en la vida política mexicana.

www.gendes.org.mx

Peru

Peru: perigos para mulheres e minorias em um congresso altamente conservador

Por Francesca Raffo³¹

Cidadãos e cidadãs devem estar atentas(os) para monitorar a igualdade de gênero e os direitos das minorias frente ao novo Congresso. Apesar do atual parlamento peruano ter o maior número de mulheres em sua história, é também um dos mais conservadores e divididos dos últimos vinte anos. Está composto por 40% de mulheres. Mas por ser conservador, as mulheres, minorias, população LGBTQI+, entre outros grupos, terão que estar atentos às leis que forem promulgadas ou aos projetos que forem rejeitados.

“É um Congresso polarizado em visões econômicas, por exemplo; mas com consenso mais conservador em temas sociais”, explica a analista política María José Gallo em entrevista a La Antígona.

Esse nível de fragmentação, tanto na votação presidencial quanto na votação parlamentar, é o reflexo de um desinteresse muito alto de cidadãs e cidadãos, somado com uma baixa oferta eleitoral, explica Gallo. Além disso, ela menciona que, de acordo com pesquisas de opinião realizadas pelo [IPSOS](#), pode-se identificar que os peruanos mantêm um voto moderado. Assim, ela menciona que esta eleição para o Congresso poderia ser, em parte, um reflexo da sociedade que ainda possui altos níveis de tradicionalismo.

O Congresso com mais mulheres da história

“Teremos que permanecer vigilantes sobre o trabalho legislativo que as mulheres podem promover em favor dos direitos e do gênero. Além do fato de serem mulheres, há um problema com a abordagem que seus partidos têm das questões de igualdade de gênero”, disse a ex-presidente do Congresso, Mirtha Vásquez, ao La Antígona.

A analista Gallo também se refere a um grande contraste nesse cenário. Entre as mulheres que chegaram ao parlamento, Susel Paredes (Partido Morado), assumidamente lésbica e defensora dos direitos e da liberdade das mulheres, é uma das deputadas mais votadas. Mas María Jauregui (Renovação Popular) que se situa completamente no outro extremo, também está entre as mais votadas. Em declarações anteriores, Jauregui assegurou que: “O Senhor nos criou (mulheres) para sermos auxiliares adequadas para nossos maridos”, entre várias outras frases que desqualificam as mulheres. Gallo comenta,

“Esse é um dos contrastes. No Peru, embora as mulheres e as minorias tenham conquistado diversos espaços, ainda há várias questões bastante importantes para resolver e não vejo necessariamente que haja agendas muito empenhadas”.

Agendas que não avançam

Em maio deste ano, o Congresso aprovou o [Projeto de Lei nº. 904-2021](#) da Comissão de Educação. Este projeto propõe que os pais efetuem uma intervenção obrigatória nos materiais educativos, sendo que isto é de exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação. Essa lei colocaria em risco a educação com abordagem de gênero que existe no currículo atual.

31 Francesca Raffo é jornalista formada pela Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP). Trabalha em temas de saúde, educação e sustentabilidade. Além disso, desenvolve fotografia jornalística e documental.



Imagem: Melanie Soca

Da mesma forma, em junho, a deputada Rosangela Barbarán, do Fuerza Popular, [apresentou um projeto de lei que dificultaria o acesso ao aborto terapêutico](#). Apesar de estarem em jogo os direitos sexuais e reprodutivos de centenas de mulheres no país, foi recentemente aprovado pela Comissão Parlamentar de Mulheres e Família. A esse respeito comenta Mirtha Vásquez:

“Temos que fazer face a realidade pela qual estamos passando. Em meio à pandemia, em 2020, tivemos o recorde de 20 meninas com menos de 10 anos que acabaram sendo mães e isso é terrível.”

Um dos temas mais preocupantes é o retrocesso nas questões de violência de gênero, como explica Chávez:

“Estamos falando de uma mudança substantiva pela qual passamos da consideração da violência como uma questão que afeta a honra familiar para a questão da violência que afeta a dignidade, a integridade e a saúde mental das mulheres. Não imagino que possam revogar uma lei, mas podem reduzir qualquer obrigação em face do feminicídio ou é possível que surja a explicação de que não é feminicídio, mas assassinato.”

“Um país que nega políticas de igualdade não poderá aspirar ao progresso”, explica a ex-candidata ao Congresso e diretora do Promsex, Susana Chávez. “São políticas que integram as mulheres e reduzem as desigualdades - que obviamente existem porque se evidenciam diariamente” -, acrescenta.

A comunidade LGTBI+ também faz parte das populações vulneráveis que enfrentam este Congresso. Essas populações ainda lutam por vários direitos – como o casamento igualitário. Em outubro de 2021, foi apresentado um [projeto de lei sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo](#). No entanto, não prosperou.

Algumas das reformas em que já houve avanço são a lei contra o assédio político (mas que não pôde ser regulamentada por [supostas inconsistências](#)), a [lei da paridade e alternância](#), o fortalecimento da mulher rural e as regulamentações que garantem que as mulheres vítimas de violência sejam favorecidas no ambiente de trabalho.

O papel dos cidadãos e cidadãs no trabalho do Congresso

A este Congresso se soma Perú Libre, partido político que chegou à Presidência, e que também é socialmente conservador. As(os) cidadãs e cidadãos têm uma grande responsabilidade de monitorar e exigir que as reformas não sejam revogadas e que novos direitos entrem em vigor.

Muitas vezes, agendas como a dos direitos civis são deixadas em segundo plano em situações de crise como a que vivemos: sanitária, política e econômica. No entanto, isso definitivamente não deveria ser assim, explica María José Gallo. Cidadãs, cidadãos e organizações terão que se articular durante os próximos cinco anos para poder adotar um olhar com perspectiva integral e poder assim lutar por uma sociedade mais justa, apesar dos partidos políticos que legislam.



Imagem: Melanie Soca



Perú: peligros para las mujeres y las minorías en un congreso altamente conservador

Por Francesca Raffo³²

La ciudadanía tendrá que estar atenta para vigilar la igualdad de género y los derechos de las minorías ante un congreso inédito. Pese a que el parlamento en Perú cuenta con la mayor cantidad de mujeres en su historia, también es uno de los más conservadores y fraccionados de los últimos veinte años. Está compuesto en un 40% por mujeres. Sin embargo, también es uno de los más socialmente conservadores de las últimas décadas. Es así que mujeres, minorías, población LGTBI+, entre otros, tendrán que estar alertas a las leyes que se promulguen así como a los proyectos que son rechazados.

“Es un congreso polarizado en visiones económicas, por ejemplo; pero con consenso a la parte social más conservadora”, explica en una entrevista a La Antígona la analista política María José Gallo.

Este nivel de fragmentación, tanto en el voto presidencial que se traduce en el congresal, es el reflejo de una altísima desafección ciudadana, mezclada con una pobre oferta electoral, explica Gallo. Además, menciona que según encuestas de opinión que hace [IPSOS](#), se puede identificar que los peruanos mantienen un voto moderado. Así, menciona que esta elección congresal podría ser, parcialmente, un reflejo de la sociedad que todavía tiene altos niveles de tradicionalismo.



Imagem: Melanie Soca

32 Francesca Raffo es periodista egresada de la Pontificia Universidad Católica del Perú (PUCP). Trabaja temas de salud, educación y sostenibilidad. Asimismo, desarrolla fotografía periodística y documental.

El Congreso con más mujeres de la historia

“Nos tendremos que mantener vigilantes sobre la labor legislativa que las mujeres pueden promover a favor del derecho y del género. Más allá de que las mismas sean de sexo femenino, hay un problema con el enfoque que tienen sus partidos con temas de igualdad de género”, indica a La Antígona la expresidenta del Congreso, Mirtha Vásquez.

La analista Gallo también hace referencia a un gran contraste en este escenario. Entre las mujeres que llegaron al parlamento, está como una de las congresistas más votadas Susel Paredes (Partido Morado), abiertamente lesbiana y defensora de los derechos y la libertad de la mujer. Pero también se encuentra entre las más votadas María Jauregui (Renovación Popular) quien se encuentra totalmente al otro extremo. En declaraciones pasadas, Jauregui ha asegurado que: “El señor nos creó (a las mujeres) para ser ayudas idóneas de nuestro esposo”, entre otras varias frases denigrantes hacia la mujer. Gallo comenta,

“Ese es uno de los contrastes. En el Perú, si bien las mujeres y las minorías hemos ganado varios espacios, aún quedan varias cosas bastante importantes por solucionar que no necesariamente veo que haya agendas con mucho empuje.”

Agendas que no avanzan

En mayo de este año, el Congreso aprobó el [proyecto de ley nro. 904-2021](#) de la Comisión de Educación. Este formula que los padres de familia realicen una intervención obligatoria de los materiales educativos siendo competencia únicamente del Ministerio de Educación. Dicha ley pondría en riesgo la educación con enfoque de género que mantiene la currícula actual.

Asimismo, en junio, la congresista Rosangella Barbarán, de Fuerza Popular, presentó un [proyecto de ley que obstaculizaría el acceso al aborto terapéutico](#). Pese a que con ello estarían en juego los derechos sexuales y reproductivos de cientos de mujeres en el país, recientemente fue aprobado por la Comisión de Mujer y Familia del Congreso.

“Hay que mirar de cara a la realidad que estamos atravesando. En medio de la pandemia, el 2020, hemos tenido el registro de 20 niñas menores de 10 años que han terminado siendo madres y eso es terrible”, sostiene Mirtha Vásquez.

Uno de los temas que más preocupa es el retroceso en temas de violencia de género, como explica Chávez:

“Estamos hablando de un cambio sustantivo donde hemos pasado de considerar a la violencia de un tema de honor de la familia a que la violencia afecte la dignidad, integridad y salud mental de la mujer. No me imagino que puedan derogar una ley, pero pueden reducir cualquier obligación frente a los feminicidios o que surja la explicación de que no es feminicidio si no asesinato.”

“Un país que niega las políticas de igualdad no podrá aspirar a un avance”, explica la ex candidata al congreso y directora de Promsex, Susana Chávez. “Son políticas que integran a las mujeres y reducen desigualdades - que evidentemente existen porque así se demuestra a diario” -, agrega.



Imagem: Melanie Soca

La comunidad LGTBI+ también es parte de las poblaciones vulnerables frente a este congreso. Estas poblaciones todavía luchan por diversos derechos – como el matrimonio igualitario. En octubre del 2021, se presentó un [proyecto de ley sobre el matrimonio igualitario entre personas del mismo sexo](#). No obstante, no prosperó.

Algunas de las reformas ya avanzadas son la Ley contra el acoso político (pero no se puede reglamentar debido a que se [alega inconsistencias](#)), [la ley de paridad y alternancia](#), fortalecimiento de la mujer rural y, normas que garantizan a las mujeres víctimas de violencia sean favorecidas en el tema laboral.

El rol de la ciudadanía frente al trabajo del Congreso

Al Congreso se le suma que Perú Libre, partido político que llegó a la presidencia, también es conservador en lo social. La ciudadanía tiene una responsabilidad sumamente grande para fiscalizar y exigir que las reformas no sean derogadas y nuevos derechos entren en vigencia.

Muchas veces, agendas como los derechos civiles quedan en segundo plano en situaciones de crisis como la que vivimos: sanitaria, política y económica. Sin embargo, esto definitivamente no debería ser así, explica María José Gallo. La ciudadanía y organizaciones se van a tener que articular durante el próximo quinquenio para poder mirar todo de manera integral y poder así luchar para tener una sociedad más justa a pesar de los partidos políticos que legislen.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

RECOMENDACIONES BIBLIOGRÁFICAS

AMÉRICA LATINA E MUNDO

CEPAL. Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe.

[Observatório de Igualdade de Gênero](#)

CEPIA. Levantamento de dados jurídicos: lei de cotas, paridade e violência política de gênero na América Latina. CEPIA. 2022.

Disponível em: <https://cepia.org.br/publicacao/levantamento-de-dados-juridicos-lei-de-cotas-paridade-e-violencia-politica-de-genero-na-america-latina/>

Comisión Interamericana de Mujeres. Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI). Declaración sobre la violencia y el acoso políticos contra las mujeres. 2015.

Disponível em: <http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/declaracion-esp.pdf>

Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994).

Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/belemdopara.pdf>

ONU Mujeres, Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres. OEA/CIM, Organización de los Estados Americanos, Comisión Interamericana de Mujeres. Violencia contra las mujeres en política en América Latina: mapeo legislativo y proyectos parlamentarios. 2020

Disponível em:

https://lac.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Americas/Documentos/Publicaciones/2020/10/Violencia%20contra%20las%20mujeres%20en%20politica%20en%20A_Amy%20Rosa%20Esther%20Rice-comprimido%20%281%29.pdf

OEA. Comisión Interamericana de Mujeres. Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI). Ley Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en la Vida Política / [Preparado por el Comité de Expertas del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI). Comisión Interamericana de Mujeres]. p. ; cm. (OEA). Documentos oficiales ; OEA/Ser.L/II.6.17).

Disponível em: <https://www.oas.org/en/cim/docs/ViolenciaPolitica-LeyModelo-ES.pdf>

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. IDEA Internacional, Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral. Violência política contra as mulheres: roteiro para prevenir, monitorar, punir e erradicar. 2020.

Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Roteiro_HojadeRuta.pdf

Unión Interparlamentaria (UIP). Sexismo, acoso y violencia contra las mujeres parlamentarias. Boletín temático, Octubre, 2016.

Disponível em: <https://www.ipu.org/file/8981/download>

Women's Learning Partnership (WLP). Liderando para a Ação: Manual de Participação Política para Mulheres. WLP.2010.

Disponível em:

Português: <https://cepia.org.br/publicacao/liderando-para-a-acao-2010/>

Español: <https://learningpartnership.org/resource/leading-action-political-participation-handbook-for-women-manual-spanish>

ARGENTINA

ARGENTINA. Ley N° 13.010, 9 de Septiembre de 1947, ley del voto femenino, 1947.
Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/45000-49999/47353/norma.htm>

ARGENTINA. Ley N° 24.012, 3 de Diciembre de 1991, Código electoral nacional.
Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24012-411/texto>

ARGENTINA. Ley N° 26.485, 11 de Marzo de 2009. Ley de protección integral a las mujeres.
Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/150000-154999/152155/norma.htm>

ARGENTINA. Ley N° 27.412, 15 de Diciembre de 2017, ley de paridad de género en ámbitos de representación política.
Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/300000-304999/304794/norma.htm>

ARGENTINA. Ley N° 27.533, 20 de Diciembre de 2019, ley de protección integral a las mujeres.
Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27533-333514/texto>

ARGENTINA. Ley N° 27.499, 10 de Enero de 2019, ley Micaela de capacitación obligatoria en género para todas las personas que integran los tres poderes del estado
Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27499-318666/texto>

AUCÍA, Analía; BARRERA, Florencia; BERTERAME, Celina; CHIAROTTI, Susana, PAOLINI, Alejandra / edición e introducción de Marta Vasallo. Grietas en el silencio. Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado. 1a ed. - Rosario : Cladem, 2011.
Disponível em: <https://cladem.org/publicaciones-argentina/grietas-silencio-investigacion-violencia-sexual/>

DE LA ROSA, Celina. Ley de paridad en Tucumán: la mitad que nos corresponde. La Nota, 21 de septiembre de 2020.
Disponível em: <https://lanotatucuman.com/ley-de-paridad-en-tucuman-la-mitad-que-nos-corresponde/tucuman/21/09/2020/51286/>

DE LA ROSA, Celina. Informe Encuesta Federal sobre Violencia Política en Argentina, Proyecto Generar. La Nota, 22 de junio de 2022.
Disponível em: <https://lanotatucuman.com/es-un-grave-problema-la-violencia-politica-contra-mujeres-y-lgbti%ef%bf%bc/genero-y-diversidad/22/06/2022/69295/>

Defensoría del Público. Tratamiento de la violencia política: primeras recomendaciones. Defensoría del Público, 26 de noviembre de 2020.
Disponível em: <https://defensadelpublico.gob.ar/se-presentaron-las-primeras-recomendaciones-para-el-tratamiento-de-la-violencia-politica-en-medios/>

GIARONE, Daniel. Veintinueve mujeres y el sueño de emancipación que se concretó hace 70 años. Télam Digital, 24 de abril de 2022.
Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202204/590178-primeras-diputadas-senadoras-argentina-rosemborg-1952-congreso.html>

LANTERI, Julieta. Pionera del voto. Caras y Caretas, noviembre, 2021.
Disponível em: <https://carasycaretas.org.ar/2021/11/04/julieta-lanteri-pionera-del-voto/>

Observatorio electoral:
Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/observatorioelectoral>

La mosca en la oreja, historia del cupo femenino en Tucumán

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3LYUu2clOJ4&ab_channel=ClademArgentina

BOLIVIA

WANDERLEY, Fernanda. Siete años del conflicto entre el TIPNIS y el MAS. Universidad Católica de Bolivia/ Instituto de Investigaciones Socio-Económicas. 2018.

Disponível em: <https://iisec.ucb.edu.bo/publicacion/siete-anos-del-conflicto-entre-el-tipnis-y-el-mas>

BOLIVIA. Ley N° 4.021, de 14 de abril de 2009, Ley de Régimen Electoral Transitorio

Disponível em: <https://www.derechoteca.com/gacetabolivia/ley-4021-del-14-abril-2009/>

BOLIVIA. Ley N° 026, de 30 de junio de 2010, Ley del Régimen Electoral

Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2010_ley26_bol.pdf

BOLIVIA. Ley N° 25, de 24 de junio de 2010, Ley del Órgano Judicial

Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2010_ley25_bol.pdf

BOLIVIA. Ley N° 018, de 16 Junio 2010, Ley del Órgano Electoral Plurinacional

Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2010_ley18_bol.pdf

BOLIVIA. Ley N° 243, de 28 de maio de 2012, Ley contra el acoso y violencia política hacia las mujeres

Disponível em:

http://www.coordinadoradelamujer.org.bo/observatorio/archivos/marco/2012_BOL_Ley243_346.pdf

BOLIVIA. Decreto Supremo 2935/2016, regulamenta a lei 243/2012.

Disponível em: https://sea.gob.bo/digesto/Compendioll/J/68_DS_2935.pdf

BOLIVIA. Ley N° 1096, de 1 de Setembro de 2018 de organizações políticas.

Disponível em: <https://aceproject.org/ero-en/regions/americas/BO/bolivia-ley-1096-2018-de-organizaciones-politicas>

CEPAL. Observatorio de igualdad de género de América Latica y del Caribe. La política de paridad y alternancia de género en los órganos de elección del Estado Plurinacional de Bolivia y en las instancias políticas intermedias: un avance en la garantía de la autonomía en la toma de decisiones de las mujeres, CEPAL, 2013.

Naciones Unidas (ONU). Comité de Derechos Humanos de la ONU concluye que se violaron los derechos políticos de dos exparlamentarios. Comunicado de Prensa. 18 de abril de 2018.

Disponível em: <https://www.ohchr.org/es/press-releases/2018/04/un-human-rights-committee-finds-bolivia-violated-political-rights-two-former>

BRASIL

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

ALBAINE, Laura & ARCHENTI, Nélida . O Feminismo na política. Paridade e violência política de gênero na América Latina. Cadernos adenauer xix (2018) nº1.

Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=257d2fc2-0a69-ab74-63cb-ec3996a5a787&groupId=265553

BRASIL. Lei Nº 9.100, 29 de Setembro de 1995, estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências (lei de cotas). Diário Oficial da União de 02/10/95.

BRASIL. Lei Nº 9.504, 30 de Setembro de 1997, estabelece normas para as eleições (lei de cotas).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm

BRASIL. LEI Nº 12.034, 29 de Setembro de 2009, Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral (lei de cotas).

BRASIL. [Lei Nº 14.192, 4 de agosto de 2021](#), Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais (Lei de violência política).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm

BRASIL. Lei Nº 13.165, 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm

CARVALHO, Layla, MATOS, Marlise, MARQUES, Danusa. A violência política de gênero e a violência política contra as mulheres. Nexo. 13 Julho 2021..

Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/A-viol%C3%Aancia-pol%C3%ADtica-de-g%C3%AAnero-e-a-viol%C3%Aancia-pol%C3%ADtica-contra-as-mulheres>

Fórum fluminense mais mulheres na política. Nota Técnica No 1: A reforma política e os mitos sobre a participação política de mulheres: simulações sobre os 15% de reserva de cadeiras e seus efeitos nos parlamentos proporcionais no Brasil. Fórum fluminense mais mulheres na política, 2021.

Disponível em: <http://cepia.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Nota-Te%CC%81cnica-1-Forum-Fluminense-Mais-Mulheres-Na-Politica.pdf>

Instituto Alziras. Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020 [recurso eletrônico] / [org. Instituto Alziras]. Rio de Janeiro : Instituto Alziras, 2018.

Disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>

Instituto Marielle Franco. Violência Política de Gênero e Raça no Brasil 2021: eleitas ou não mulheres negras seguem desprotegidas. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2021.

Disponível em: <https://uploads.strikinglycdn.com/files/1ffc6081-a5b1-488f-af25-e1188d95b6ec/Instituto%20Marielle%20Franco%20-%20Viol%C3%Aancia%20Pol%C3%ADtica%20de%20G%C3%AAnero%20e%20Ra%C3%A7a%202021.pdf>

ONU Mulheres. Cartilha de prevenção à violência política contra as mulheres em contextos eleitorais. ONU Mulheres, 2021. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha_de_Prevencao_a_Violencia_contra_as_Mulheres_em_Contextos_Eleitorais-1.pdf

PNUD Brasil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. IDEA Internacional. Atenea – mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe. BRASIL: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf

Podcasts CEPIA:

Episódio 1: Mulheres e Política: a conquista de espaços de poder
<https://www.youtube.com/watch?v=pq2tqTFkg5Y&t=50s>

Episódio 2: Mulheres e Política: conquistas, obstáculos e retrocessos
<https://www.youtube.com/watch?v=6wQzOGNRz-o&t=12s>

Episódio 3: Violência Política contra Mulheres
https://www.youtube.com/watch?v=ZMnDcU_sn1s&t=851s

CHILE

CHILE. Ley N° 20.840. Substitui o Sistema Eleitoral Binomial por um de caráter proporcional inclusivo e fortalece a representatividade do Congresso Nacional de 2015.
Disponível em: https://reformaspoliticas.org/wp-content/uploads/2019/04/LEY-20840_05-MAY-2015.pdf

CHILE. Ley N° 21.216, 24 de Marzo de 2020, Paridad de Género para el Proceso Constituyente
Disponível em: https://www.bcn.cl/procesoconstituyente/detalle_cronograma?id=f_publicacion-de-la-ley-21-216-paridad-de-genero-para-el-proceso-constituyente

ComunidadMujer e Meta. Guia de Seguridad Digital: Enfrentando la violencia política contra las mujeres. 2022
Disponível em: <https://comunidadmujer.cl/guia-de-seguridad-digital-enfrentando-la-violencia-politica-contra-las-mujeres/>

ComunidadMujer. Boletim#51. Mujer y política: ¿Cómo funcionó la cuota de género en las Elecciones Parlamentarias 2021?
Disponível em: <https://comunidadmujer.cl/wp-content/uploads/2022/04/Boletin-51-Mujer-y-politica-Como-funciono-la-cuota-de-genero-en-las-Elecciones-Parlamentarias-2021.pdf>

ComunidadMujer e Humanas - Centro Regional de Derechos Humanos y Justicias de Genero. Mujeres y participación política en Chile: avances, desafíos y propuestas.
Disponível em: https://juntasenaccion.cl/wp-content/uploads/2020/08/Mujeres_y_participacion_politica_JuntasenAccion.pdf

PNUD. Representación política de las mujeres en las elecciones legislativas y de Consejos Regionales de noviembre de 2021. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. 2021.

Disponível em: <https://www.chilemujeres.cl/wp-content/uploads/2021/11/Mujeres-y-elecciones-nov2021-PNUD.pdf>

PNUD. El laberinto del poder. Trayectorias de legisladoras chilenas. Santiago de Chile: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. 2021.

Disponível em: <https://www.estudiospnud.cl/informes-desarrollo/laberinto-del-poder-trayectorias-de-legisladoras-chilenas/>

SERVEL. Servicio Electoral de Chile

Disponível em: <https://www.servelecciones.cl/>

MEXICO

ALFONSO, Lidmila Morales & CÁRDENAS, Lizeth Pérez. Violencia política contra las mujeres en México y Ecuador (2016-2019). Colomb.int. no.107 Bogotá July/Sep. 2021 Epub June 23, 2021.

Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122021000300113

DE GARAY, María Eugenia Suárez. Avances y desafíos sin tregua. Participación de las mujeres en la vida política de México.

Disponível em: <https://vivemasseguro.org/la-voz-de-los-profesionales/avances-y-desafios-sin-tregua-participacion-de-las-mujeres-en-la-vida-politica-de-mexico/>

Etelleky 2021. Quinto Informe de Violência Política no México.

<https://www.etellekt.com/informe-de-violencia-politica-en-mexico-2021-M30-etellekt.html>

Etelleky 2022. Primer informe de violencia política en México, proceso electoral 2022.

<https://www.etellekt.com/reporte/primer-informe-de-violencia-politica-en-mexico-proceso-electoral-2022-etellekt.html>

Instituto Nacional Electoral:

<https://igualdad.ine.mx/paridad/cronologia-del-movimiento-en-pro-de-la-paridad-de-genero/>

Instituto Nacional de las Mujeres. INMUJERES. Desigualdad en Cifras. Año 7, Boletín N° 6, junio de 2021.

Disponível em: http://cedoc.inmujeres.gob.mx/documentos_download/BA7N06_27072021.pdf

Instituto Nacional Electoral. Universidad Nacional Autónoma de México. La representación política de las mujeres en México. Mexico: 2017.

MEXICO. Ley general de instituciones y procedimientos electorales, 23 de mayo de 2014.

Disponível em: https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGIPE_130420.pdf

MEXICO. COFIPE. Código Federal de Instituciones y Procedimientos Electorales, 04 de enero de 2008. Os partidos políticos nacionais considerarão em seus estatutos que as candidaturas a ambos os princípios para deputados e senadores não ultrapassem 60% para o mesmo gênero.

Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2008_codfedcofipe_mex.pdf

MEXICO. Ley general de acceso de las mujeres a una vida libre de violencia, 1 de febrero de 2007.

Disponível em: <https://reformaspoliticas.org/wp-content/uploads/2021/04/Ley-General-de-las-mujeres-a-una-vida-libre-de-Violencia.pdf>

MEXICO. COFIPE. Código Federal de Instituciones y Procedimientos Electorales, 22 de noviembre de 1996.

Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/1996_cofipe_ref08_mex.pdf

Observatorio de Participación Política de las Mujeres en Mexico:

<https://observatorio.inmujeres.gob.mx/mvc/view/public/index.html?v=3.0.8>

Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación. Protocolo para la atención de la violencia política contra las mujeres en razón de género. Tercera edición. Ciudad de México, 2017.

Disponível em:

https://www.te.gob.mx/sites/default/files/sabias_que/2012/11/protocolo_atenci_n_violencia_pdf_19449.pdf

PERU

BOESTEN, Jelke. Desigualdades interseccionales, mujeres y política social en el Perú (1990-2000). IEP, 2021.

Disponível em: <https://fondoeditorial.iep.org.pe/producto/desigualdades-interseccionales-mujeres-y-politica-social-en-el-peru-1990-2000/>

Defensoría del Pueblo. Balance sobre la política pública contra la violencia hacia las mujeres en el Perú (2015-2020). Primera edición: Lima, Perú, 2021.

Disponível em: <https://www.defensoria.gob.pe/wp-content/uploads/2021/11/Balance-sobre-la-pol%C3%ADtica-p%C3%BAblica-contra-la-violencia-hacia-las-mujeres-en-el-Per%C3%BA.pdf>

La Antígona. Congreso 2021: ¿Cuáles son los peligros para las mujeres y las minorías en un congreso altamente conservador?. 2021 | Especiales.

Disponível em: <https://laantigona.com/congreso-2021-cuales-son-los-peligros-para-las-mujeres-y-las-minorias/#.YtdAuezMLOQ>

La Antígona. Lucía Alvites: “El país necesita a mujeres en espacio de representación”. 2021 | Retratos

Disponível em: <https://laantigona.com/lucia-alvites/#.YtdBYezMLOQ>

Movimiento Manuela Ramos. Participación de las mujeres y propuestas electorales: los derechos de las mujeres, la igualdad de oportunidades y la equidad de género en las propuestas electorales. 2006.

Disponível em: https://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/catalogo_imagenes/grupo.do?path=1026626

PERU. Ley N° 31155, 7 de abril de 2021, ley que previene y sanciona el acoso contra las mujeres en la vida política.

Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/ley-que-previene-y-sanciona-el-acoso-contra-las-mujeres-en-l-ley-n-31155-1941276-2/>

PERU. Ley N° 31.030, 23 de julio de 2020, ley por la que se modifican normas de la legislación electoral para garantizar paridad y alternancia de género en las listas de candidatos.

Disponível em: <https://reformaspoliticas.org/wp-content/uploads/2020/07/L-31030-Paridad-y-alternancia.pdf>

ZAMBRANO, Gustavo, UCHUYPOMA, Diego. Intersectando desigualdades, participación política de mujeres indígenas a nivel subnacional en el Perú. Primera edición, 2015.

Disponível em: <http://cdn01.pucp.education/idehpucp/wp-content/uploads/2017/11/09220635/intersectando-desigualdades-version-final-1.pdf>

